

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - E AGORA, BRASIL?
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recuperação passa por reforma tributária 3

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A reforma do Imposto de Renda está na direção certa? (2) 5

O GLOBO - RJ - E AGORA BRASIL?
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O peso dos impostos na produtividade 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sabino quer fim de juros sobre capital próprio 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Estados pedem rejeição da reforma tributária 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Governos e empresas tentam forçar vacinação contra delta 14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

A estabilidade do funcionalismo (3) 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma de servidores sai neste mês, diz Lira 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arthur Lira descarta Bolsa Família de R\$ 400 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lucro do Bradesco aumenta 63% e atinge R\$ 6,3 bilhões no 2º trimestre 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - STARTUPS E FINTECHS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do IR atinge startups que captam via paraísos fiscais 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Precatório turva cenário para Selic 23

VALOR ONLINE - BRASIL E POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira volta a afirmar que o teto de gastos será respeitado 25

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

E agora, Brasil?: No pós-pandemia, qualificação e informalidade são os desafios para retomar o emprego 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Precatórios: declarações de Guedes aumentam insegurança de investidores 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dispara o preço da gasolina no DF 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator do IR recua e exclui taxaço sobre paraísos fiscais 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

PEC de Guedes prevê parcelar em dez anos precatórios acima de R\$ 455 mil 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Pagarei assim que puder", afirma Guedes sobre precatórios; mercado vê risco fiscal
..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Relator revê imposto para mineradoras 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Deputado tira participação do Sistema S em projeto de emprego 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Uso da dívida como âncora fiscal foi recomendado pelo TCU 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Aposta eleitoral, Bolsa Família pode ir a R\$ 400, diz Bolsonaro 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Presidente deve responder por atacar Poderes, diz Jardim 45

Recuperação passa por reforma tributária

Indicadores nacionais

Expectativa de avanço maior no PIB este ano

Carga tributária

Parcela dos impostos sobre o PIB - em %



Evolução do PIB trimestral

Frete ao trimestre anterior - em %



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional, Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE, e Boletim Focus, do Banco Central

Carolina Nalin, Cassia Almeida e Ivan Martínez-Vargas

A retomada da economia no pós-covid passa pelo avanço da simplificação e desburocratização de normas do sistema tributário brasileiro. É o que apontam executivos e economistas que participaram, na segunda-feira, do seminário "E agora, Brasil?".

A tramitação da **reforma tributária** no Congresso é considerada parte importante para o processo de reversão da crise, pois impacta a produtividade das empresas e, conseqüentemente, a geração de vagas.

A primeira fase da reforma prevê a unificação de **impostos**, mas está parada no Congresso. Antes mesmo de conseguir aprová-la, o Executivo encaminhou a segunda fase da reforma neste ano. Esta prevê mudanças no Imposto de Renda (IR) tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas.

A colunista do "Globo" e consultora econômica Zeina Latif lembra que o Congresso aprovou a Reforma da Previdência em 2019. Ela avalia que a discussão atual sobre o sistema tributário se faz, portanto, com atraso. Em sua avaliação, o debate sobre o tema deveria ter sido priorizado na agenda de reformas, dado o tamanho do impacto sobre a economia.

"Perdeu-se o timing e já estamos discutindo o pacote focado no Imposto de Renda, que não era a prioridade. No Brasil, não há dúvida que a questão tributária é hoje um dos principais fatores, junto com a grande insegurança jurídica e a falta de capital humano, que amarram nosso crescimento", afirmou Latif.

A economista não vê espaço relevante para a redução da carga tributária nas discussões atuais. Em 2020, a carga tributária estava em 31,64% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Nos últimos dez anos, a parcela de **impostos** sobre o **PIB** sempre esteve acima de 30%, segundo dados do Tesouro Nacional.

Por isso, reduzir a complexidade do sistema e eliminar

distorções já seria favorável para aumento de produtividade e geração de empregos, segundo a economista. "Temos boa parte da insegurança jurídica do país associada à questão tributária." De acordo com a Secretaria de Política Econômica, as disputas relacionadas ao PIS/Cofins respondem por 36,6% dos processos na Justiça relacionados a **impostos**.

Estudo do Insper, citado pela economista no evento, estima que o contencioso tributário no país, incluindo somente as disputas com origem nas cobranças da **Receita Federal**, ultrapassa R\$ 5,4 trilhões, o que equivale a 75% do **PIB**. "Isso não tem nenhum paralelo com a experiência mundial. Uma empresa tem que ter um exército de profissionais para acompanhar as mudanças de legislação, que às vezes têm efeitos retroativos, e nunca tem certeza se está pagando e recolhendo corretamente. É uma ineficiência enorme." Para as companhias, o sistema tributário complexo é um dos elementos que pesam contra as decisões de investimento e de organização dos negócios, o que faz com que produzam de forma menos eficiente.

Lorival Luz, CEO global da BRF, destaca que o "emaranhado da estrutura tributária" do país faz as empresas gastarem mais tempo para compreender a complexidade do sistema tributário. Isso resulta em mais custos e perda de competitividade. "Você precisa de um exército de pessoas nessas áreas, e isso leva à perda de competitividade no mercado externo porque temos um custo que outros países não têm. E não tem milagre. Esse custo chega ao produto final e isso impacta o consumidor, impacta todo mundo", afirma o CEO.

"É muito simples hoje chegar para as empresas e mandar um auto de infração. A empresa que se vire para contratar especialistas, laudos, pareceres e agrega um baita de um custo. Além disso, existe uma invasão, um excesso, diria até um abuso. Mandam autos de infração para minha casa. Eu recebo pilhas de discussão de regras, enviam CDs de normas, e não é possível abrir tudo isso, é claro."

O executivo pondera que houve um avanço após a reforma trabalhista, com queda no número de ações na Justiça. No entanto, há um estoque de processos. Com cerca de cem mil funcionários, a BRF enfrenta 25 mil ações trabalhistas, diz o executivo. "Isso demora um tempo até que se extingam todas elas. Mas a mudança foi perceptível, foi extremamente positiva. São etapas. Se acontecesse a mesma coisa na parte

tributária, também seria um avanço."

Luz ressalta ainda que, dado o tamanho da discussão que envolve a **reforma tributária**, qualquer avanço já teria efeitos relevantes. "No dito popular, quem tudo quer nada tem. Temos que ir passo a passo, como feito na trabalhista. O número de ações e ingressos já diminuiu. Daqui a um ano, dá-se um novo passo. Essas condições aumentam as oportunidades de trabalho."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186970?page=1§ion=1

A reforma do Imposto de Renda está na direção certa? (2)



Daniel Loria e Rome Tavares

Foi com essa pergunta que promovemos webinar no Núcleo de Tributação do Insper sobre a reforma do imposto de renda (IR) proposta pelo governo federal pelo Projeto de Lei 2.337.

Em 2020, publicamos relatório de pesquisa examinando a técnica brasileira de concentrar a tributação dos lucros nas empresas, à alíquota combinada de 34% (IRPJ e CSLL), sem cobrança adicional sobre dividendos. Fizemos um exercício de reduzir a alíquota da empresa para a faixa dos 20%, aumentar as alíquotas máximas da tabela progressiva do imposto de renda (IRPF), para as rendas mais altas, dos atuais 27,5% para até 35% e incluir o dividendo na tabela progressiva, permitindo o crédito sobre o IRPJ/CSLL pago pela empresa.

A sugestão do governo é bem diferente. Inicialmente, pretendia-se reduzir a alíquota sobre o lucro das empresas de 34% para 29% e tributar os dividendos, na sistemática de retenção na fonte (IRRF), à alíquota de 20%. Havia, ainda, uma série de medidas de ampliação da base de cálculo do IRPJ e CSLL.

O relatório preliminar apresentado pelo deputado Celso Sabino avança, sob a perspectiva empresarial, ao definir a alíquota corporativa em 21,5%, na média da OCDE, manter a tributação de dividendos e

suprimir medidas "acessórias". Ele segue com a uniformização da alíquota sobre os investimentos financeiros (deixando de fora algumas aplicações isentas, como os fundos imobiliários) e mantém a ampliação da faixa de isenção de pessoas físicas.

Entendemos que a direção do projeto está certa, ao tributar dividendos e reduzir a tributação corporativa. Porém, ainda vemos problemas, tanto sob a ótica de eficiência econômica, quanto sob a perspectiva da justiça distributiva buscada com a progressividade do IR (quem ganha mais, deve pagar proporcionalmente mais).

A principal preocupação das grandes empresas nacionais e estrangeiras tem sido o incentivo que o projeto está dando ao investimento financeiro, em detrimento do investimento produtivo, de risco, em ações.

O PL cobra IRRF sobre a distribuição dos lucros apurados até 2021, os quais já foram tributados a 34% no atual sistema. Essa medida é danosa sob várias perspectivas. Ela força as empresas a se endividarem para distribuir suas reservas de lucros ainda dentro de 2021, como identificado pela própria **Receita Federal** em Nota Executiva. Aumenta o índice de alavancagem e extrai das empresas recursos que seriam, em condições normais, voltados à produção. Tende a aumentar o custo do endividamento e drenar as linhas de crédito para as grandes empresas, em detrimento das menores. Acrescente-se a isso o contencioso a ser criado entre o fisco e as empresas, discutindo se é permitido ou não tributar os dividendos baseados em lucros passados.

Se o objetivo é garantir a arrecadação em 2022 com dividendos tributáveis, devem ser calibradas adequadamente as alíquotas de IR para os lucros apurados dali em diante.

A partir de 2022, os dividendos serão taxados a uma alíquota superior aos investimentos financeiros e ao próprio ganho de capital na venda de ações em bolsa. Essa diferença induzirá investidores a comprarem títulos de dívida, em detrimento de ações, e lucrarem com ganhos de capital, deixando de segurar suas posições e receber dividendos. Não haverá neutralidade tributária. Não conseguimos encontrar justificativa sequer para alíquotas diferentes de IRRF

(20% vs. 15%). Uma alíquota uniforme seria benéfica para o país.

O relatório evolui ao viabilizar a não tributação de dividendos entre controlada e controladora, mitigando o risco de o custo do IRRF recair sobre a empresa, quando deveria impactar o sócio, pessoa física. O recomendado é não tributar quaisquer distribuições de dividendos dentro do grupo econômico (incluindo coligadas e outras), combinado com norma anti-elisiva eficiente para evitar o repesamento indevido de lucros em holdings patrimoniais. Inclusive, o projeto contém normas de distribuição disfarçada de lucros (DDL) com essa finalidade.

Distribuições de dividendos a fundos de investimento também não devem estar sujeitas ao IRRF. A tributação dos fundos segue regime próprio. Ou o fundo é isento (por exemplo, no setor de infraestrutura), ou o rendimento no fundo já será tributado no futuro, pela alíquota a ele aplicável, no momento definido na legislação.

Observamos que os cálculos da redução da carga tributária das empresas não devem se limitar à alíquota. O PL revoga a dedução dos juros sobre capital próprio (JCP). O caminho não é eliminar o JCP, mas, sim, aprimorá-lo. Ele pode deixar de ser um meio de distribuição de recursos aos sócios e servir, exclusivamente, como estímulo ao financiamento mediante capital próprio e reinvestimento de lucros. OJCP pode ser um mecanismo para reduzir o viés tributário favorável ao endividamento e ter seu uso disseminado a todas as pessoas jurídicas no lucro real, como recomenda a União Europeia.

Para concluir: da forma como está, o projeto da reforma do IR induzirá uma completa reformulação na estrutura de capital das empresas, que tenderão a se financiar mais por dívida e menos por equity, com efeitos incertos sobre a economia como um todo, inclusive já neste ano. E estimulará o investimento em instrumentos de dívida, reduzindo a atratividade do investimento produtivo e do mercado de ações.

O olhar sobre a progressividade na reforma é igualmente importante. Isentar dividendos até R\$ 20 mil por mês em um país pobre como o Brasil não faz sentido. A iniciativa de aumentara faixa de isenção é positiva e pode ser estendida para o restante da tabela. Manter uma alíquota máxima de 27,5% sobre todas as rendas mensais acima de R\$ 5,3 mil também não é justo.

É importante darmos um passo para trás e pensarmos nos objetivos que buscamos. A reforma do IR é multifacetada, podendo produzir efeitos econômicos relevantes, positivos ou negativos. Ela deve, sim, ser

considerada urgente - não por questões políticas, mas por representar, se bem feita, verdadeira oportunidade para o desenvolvimento econômico e redução de desigualdades em nosso país.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186970?page=1§ion=1

O peso dos impostos na produtividade

A retomada da economia no pós-Covid passa pelo avanço da simplificação e desburocratização de normas do sistema tributário brasileiro. É o que apontam executivos e economistas que participaram, na última segunda-feira, do seminário E agora, Brasil?.

A tramitação da **reforma tributária** no Congresso é considerada parte importante para o processo de reversão da crise, pois impacta a produtividade das empresas e, conseqüentemente, a geração de vagas.

A primeira fase da reforma prevê a unificação de **impostos**, mas está parada no Congresso. Antes mesmo de conseguir aprová-la, o Executivo encaminhou a segunda fase da reforma neste ano. Esta prevê mudanças no Imposto de Renda (IR) tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas.

A colunista do GLOBO e consultora econômica Zeina Latif, lembra que o Congresso aprovou a Reforma da Previdência em 2019 e avalia que a discussão que hoje ocorre sobre o sistema tributário se faz com o atraso.

TRAVA AO CRESCIMENTO

Na sua avaliação, o debate sobre o tema deveria ter sido priorizado na agenda de reformas, dado o tamanho do impacto sobre a economia.

- Perdeu-se o timing e já estamos discutindo o pacote focado no Imposto de Renda, que não era a prioridade. No Brasil, não há dúvida que a questão tributária é hoje um dos principais fatores, junto com a grande insegurança jurídica e a falta de capital humano, que amarram nosso crescimento -afirmou Zeina.

Ela não vê espaço relevante para a redução da carga tributária nas discussões atuais. Em 2020, a carga tributária estava em 31,64% do Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos no país). Nos últimos dez anos, a parcela de **impostos** sobre o **PIB** sempre esteve acima de 30%, segundo dados do Tesouro Nacional.

Por isso, reduzir a complexidade do sistema e eliminar distorções já seria favorável para aumento de produtividade e geração de empregos, diz a economista:

-Temos boa parte da insegurança jurídica do país associada à questão tributária.

De acordo com a Secretaria de Política Econômica, as disputas relacionadas ao PIS/ Cofins respondem por 36,6% dos processos na Justiça que envolvem **impostos**.

Estudo do Insper, citado pela economista no evento, estima que o contencioso tributário no país, incluindo somente as disputas com origem nas cobranças da **Receita Federal**, ultrapassa R\$ 5,4 trilhões, o que equivale a 75% do **PIB**.

- Isso não tem qualquer paralelo com a experiência mundial. Uma empresa tem que ter um exército de profissionais para acompanhar as mudanças de legislação, que às vezes têm efeitos retroativos, e nunca tem certeza se está pagando e recolhendo corretamente. É uma ineficiência enorme.

Para as companhias, o sistema tributário complexo é um dos elementos que pesam contra as decisões de investimento e de organização dos negócios, o que faz com que produzam de forma menos eficiente.

Lorival Luz, CEO global da BRF, destaca que o "emaranhado da estrutura tributária" do país faz as empresas gastarem mais tempo para compreender a complexidade do sistema de **impostos**. Isso resulta em mais custos e perda de competitividade

-Você precisa de um exército de pessoas nessas áreas, e isso leva à perda de competitividade no mercado externo porque temos um custo que outros países não têm. E não tem milagre. Esse custo chega ao produto final e isso impacta o consumidor, impacta todo mundo.

Ele continua:

- É muito simples hoje chegar para as empresas e mandar um auto de infração. A empresa que se vire para contratar especialistas, laudos, pareceres e agrega um bairão de custo. Além disso, existe uma invasão, um excesso, diria até um abuso. Mandam autos de infração para minha casa. Eu recebo pilhas de discussão de regras, enviam CDs de normas, e não é possível abrir tudo isso, é claro.

25 MIL AÇÕES TRABALHISTAS

O executivo pondera que houve um avanço após a reforma trabalhista, com queda no número de ações na Justiça. No entanto, há um estoque de processos.

Com cerca de cem mil funcionários, a BRF tem 25 mil ações trabalhistas, diz o executivo.

- Isso demora um tempo até que se extingam todas elas. Mas a mudança foi perceptível, foi extremamente positiva. São etapas. Se acontecesse a mesma coisa na parte tributária, também seria um avanço.

Luz ressalta ainda que, dado o tamanho da discussão que envolve a **reforma tributária**, qualquer avanço já teria efeitos relevantes:

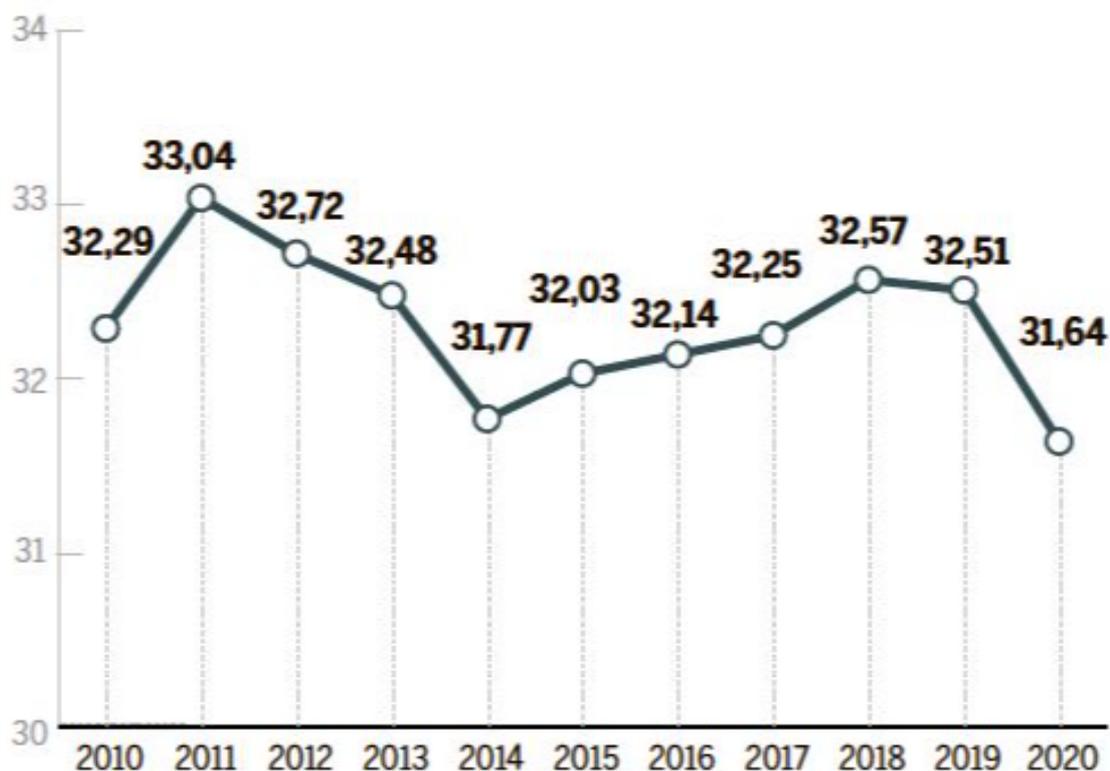
- No dito popular, quem tudo quer nada tem. Temos que ir passo a passo, como feito na trabalhista. O número de ações e ingressos já reduziu. Daqui a um ano, dá-se um novo passo. Essas condições aumentam as oportunidades de trabalho.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

NÚMEROS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Carga tributária (%)

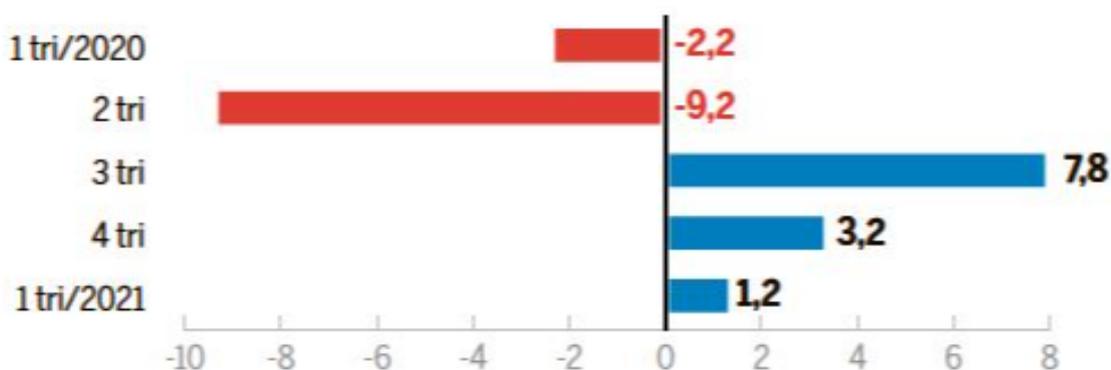
Parcela dos impostos sobre o Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Evolução do PIB trimestral (%)

(frente ao trimestre anterior)



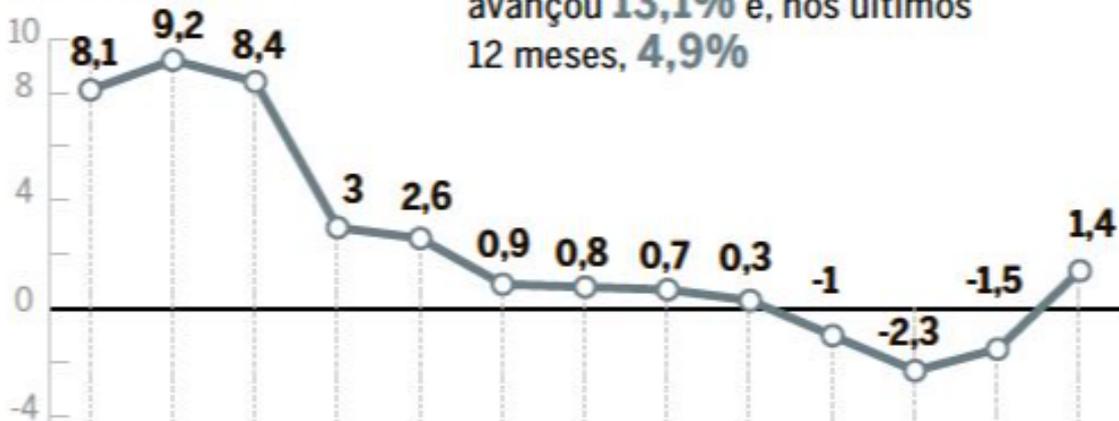
O mercado espera que o PIB cresça **5,3%** neste ano

Fontes: IBGE e Boletim Focus, do Banco Central

DESEMPENHO FRENTE AO MÊS ANTERIOR (%)

Da indústria

▶ No ano, a produção industrial avançou **13,1%** e, nos últimos 12 meses, **4,9%**



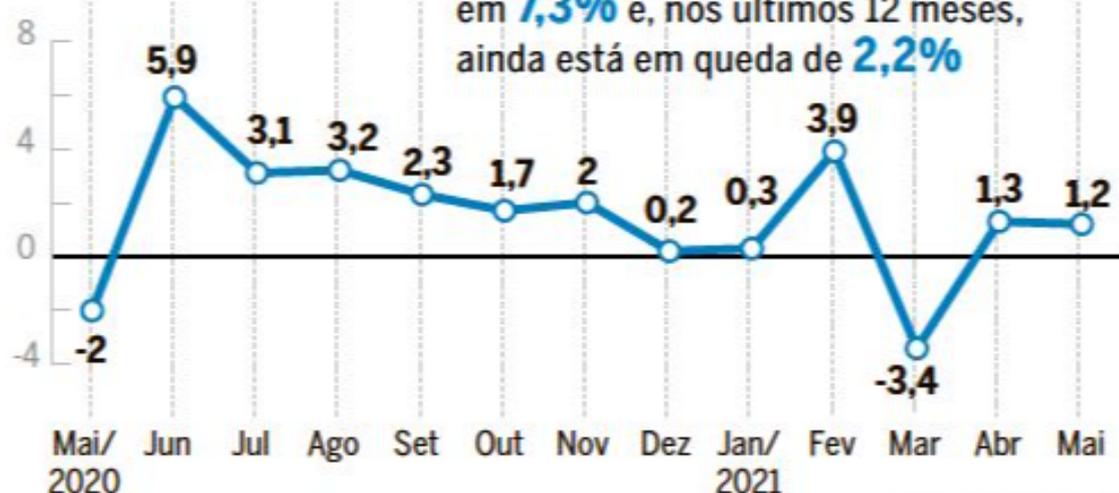
Do comércio

▶ No ano, o comércio varejista cresceu **6,8%** e, nos últimos 12 meses, **5,4%**



Dos serviços

▶ No ano, a expansão dos serviços está em **7,3%** e, nos últimos 12 meses, ainda está em queda de **2,2%**



Editoria de Arte

Sabino quer fim de juros sobre capital próprio



Sabino reúne-se com líderes governistas: propostas foram bem recebidas, mas foi pedido mais tempo para análise e votação deve ficar para a próxima semana

Raphael Di Cunto, Mariana Ribeiro e Fabio Graner

O relator da reforma do imposto de renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), propôs ontem novas medidas para aumentar a arrecadação, como a extinção dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma antecipação, a taxa menor, do imposto sobre a valorização de bens e recursos mantidos no exterior e a criação de uma alíquota adicional de 1,5% na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

O objetivo era diminuir as críticas de governadores, prefeitos e economistas de que o corte de 25% para 12,5% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), atrelado à ajustes na tabela das pessoas físicas, causaria um rombo de R\$ 30 bilhões - dos quais R\$ 27 bilhões seriam pagos por Estados e municípios. As novas medidas, porém, não foram suficientes e representantes de governadores e prefeitos continuam bastante contrariados com a fórmula apresentada para assegurar que não haverá perdas de receitas nos próximos anos.

Sabino afirmou que o novo texto será "neutro" do ponto de vista fiscal, sem perdas de arrecadação nem ganho de receita, mas não foram divulgadas as novas estimativas. Ele apresentou a nova proposta ontem para os líderes de partidos alinhados ao governo durante um almoço. Segundo relatos, a recepção foi positiva, mas parte deles pediu que fosse dado mais tempo para análise e a votação deve ocorrer apenas na terça-feira, dia 10.

Uma das medidas que garantiriam maior arrecadação, disse o relator, é a criação de um programa de atualização dos valores de imóveis e bens mantidos por brasileiros no exterior. Caso as pessoas e empresas queiram antecipar o pagamento do imposto, teriam uma cobrança de 6%. Segundo ele, as contas não estão fechadas, mas poderia render R\$ 20 bilhões. No futuro, contudo, haveria queda das receitas.

Segundo o advogado Vinícius Tersi, o imposto, na maior parte dos casos, seria de 15% caso a pessoa prefira não aderir ao programa, embora a **Receita Federal** já tenha, em consultas, indicado querer cobrar até 27,5% sobre os ganhos. "Pode ser uma oportunidade para as pessoas que têm o patrimônio há muito tempo no exterior, principalmente na forma de uma sociedade que detém investimentos ou um imóvel fora, ou para quem não quer discutir judicialmente ou administrativamente com o Fisco. Mas não acho que terá arrecadação significativa porque estamos falando de pessoas que já regularizaram o patrimônio [nos programas abertos em 2016 e 2017]", disse.

O relator também propôs a extinção dos Juros sobre Capital Próprio, uma forma que as grandes empresas tinham de remunerar seus sócios e diminuir o imposto pago. A ideia inicial do governo era apenas retirar a possibilidade de abatimento dessa despesa no lucro das empresas, mantendo o instrumento, mas Sabino decidiu acabar de vez com esse recurso, evitando uma concorrência com os dividendos. "É um instrumento que não faz mais sentido", disse o tucano.

O tributarista Ilan Gorin atacou a extinção do JCP. "Incrível que, passados esses dias todos em que os especialistas colocaram críticas inquestionáveis quanto a acabar com a dedutibilidade do JCP, o relator tenha ignorado isso. É triste que ele tenha agido dessa forma e pode arruinar a economia", afirmou.

Outra medida apresentada foi a criação de uma taxa extra da Cfem e repasse de toda a arrecadação para Estados e municípios (leia mais nesta página). Seria uma forma de diminuir as críticas de governadores e prefeitos ao texto após o Comsefaz, que reúne os secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, divulgar nota pela manhã pedindo a rejeição por causa do risco de perda de arrecadação.

Sabino incluiu no projeto um "seguro" contra perdas de receita pelo corte de IRPJ. Caso a arrecadação em outubro de 2021 não seja maior que a de outubro de 2019, corrigida pela **inflação**, o corte seria menor, de 25% para 17,5% - se ultrapassar, a meta, a alíquota cairia a 15%. O mecanismo se repetiria no ano seguinte: se a arrecadação em outubro de 2022 ultrapassar a de 2019, o IRPJ cairia a 12,5% em 2023.

Fontes ligadas aos Estados, porém, continuam bastante contrariadas com a fórmula de gatilho. A leitura é que o desenho não os protege de arcarem com a maior parte das perdas com a reforma, embora Sabino seja taxativo em dizer que sua última versão voltou a trazer neutralidade tributária. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reclamou e disse que parte dos secretários quer aumentar as receitas, e não neutralidade.

O corte de IRPJ também afetará entidades e atividades da cultura, esporte e saúde bancadas com patrocínio de empresas, que depois descontam essas doações do imposto. Para evitar isso, o relator propôs ontem dobrar os limites de deduções de vários programas e, em alguns casos, prorrogá-los - o patrocínio esportivo, que acabaria em 2022, seria adiado até 2027.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186970?page=1§ion=1

Estados pedem rejeição da reforma tributária



Esforço. As alterações feitas pelo deputado Celso Sabino não foram suficientes para agradar aos estados e municípios

GERAL DA DOCA, FERNANDA TRISOTTO, MANOEL VENTURA E ELIANE OLIVEIRA

Apesar das concessões feitas pelo relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) divulgou ontem uma carta pedindo a rejeição do texto. A posição dos estados se manteve mesmo após o relator ter sugerido aumento da alíquota dos **tributos** sobre mineração para garantir mais recursos para os governos locais, como compensação adicional à proposta.

Pela manhã, o comitê informou que a proposta da reforma geraria perdas de R\$ 26,1 bilhões por ano para estados e municípios a partir de 2023. Os cálculos não foram atualizados após a estratégia de ampliar a alíquota do CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos minerais), paga por mineradoras. Os secretários de Fazenda avaliam que a mudança nos **impostos** cobrados da mineração, que ficará todo com os entes federados, terá impacto insignificante nas receitas de estados e municípios.

Sabino não apresentou o impacto global da mudança, indicando apenas que seu estado, o Pará, maior produtor mineral do país, teria um ganho de R\$ 1,8 bilhão com a nova alíquota proposta.

GOVERNADORES NA BATALHA

Segundo interlocutores, a nova estratégia do grupo será a entrada dos próprios governadores na discussão. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) prepara um ofensiva ao relatório e deverá divulgar amanhã uma nota com os efeitos da reforma, caso ela seja aprovada, abrindo os números por municípios.

A iniciativa privada também se posicionou contra o texto do relator. A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que representa 85% do valor de mercado das empresas da Bolsa, a B3, avalia que o relatório não ajuda na retomada dos investimentos, produção e empregos no país.

A principal causa da perda alegada por estados decorre de isenções fiscais, como o limite de R\$ 20 mil para taxa de dividendos e a retirada das empresas do Simples da proposta. Pressionado por governadores, o relator já havia atrelado a queda no tributo ao aumento real na arrecadação (acima da **inflação**).

Contudo, os secretários de Fazenda alegam que atrelar o corte do IR à arrecadação não seria a melhor alternativa. Afirmam que a carga tributária é referenciada pelo Produto Interno Bruto (**PIB**) e não pelo índice de preços e que o melhor seria mexer na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cuja receita pertence à União. O governo não quer mexer na CSLL, que tem alíquota de 9%, porque isso aumentaria o rombo da **Seguridade Social**.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que a prioridade na semana é votar a proposta de regularização fundiária e a privatização dos Correios. Caso não seja possível, a ideia é pautar o texto da **reforma tributária**

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), defendeu o texto de Sabino.

-Nosso objetivo aqui não é fazer pegadinha, não é prejudicar segmento nenhum, nem público, nem privado, nem ente federativo -disse ele, que prometeu aprovar a reforma administrativa ainda este mês.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Governos e empresas tentam forçar vacinação contra delta



Garçon segue freguês em bar em Nova York, onde comprovante de vacinação passará a ser exigido em locais fechados. Andrew Kelly - 3.mai.21/Reuters

Thiago Amâncio são paulo

Com o avanço da variante delta do coronavírus, que tem feito o número de novos casos de Covid-19 voltar a subir por todo o mundo, governantes têm buscado diferentes formas de incentivar a população a se vacinar contra a doença, que vão desde estímulos financeiros até condicionar o acesso a bares e boates.

Nova York foi a mais recente. A cidade americana anunciou nesta terça-feira (3) que quem quiser frequentar bares, restaurantes, academias e outros estabelecimentos comerciais precisa provar que está vacinado contra a Covid-19.

"Nós sabemos que isso [a obrigatoriedade da vacinação] é o que vai virar a maré", afirmou o prefeito Bill de Blasio. A medida será implementada aos poucos e passará a valer definitivamente a partir de 13 de setembro.

A decisão é a primeira que estabelece algum tipo de passe sanitário nos Estados Unidos, mas medidas semelhantes têm sido adotadas em outros lugares. A mais notória é a do governo francês, que, se por um lado fez milhões correrem atrás de uma vacina, por outro reacendeu protestos contra o governo de Emmanuel Macron, uma espécie de revolta da vacina europeia.

No mês passado, a França decidiu exigir certificado de vacinação mesmo em locais abertos, como parques de diversão e festivais de música, mas também para frequentar cafés, restaurantes e museus e para usar transporte público.

A ideia era incentivar que mais pessoas procurassem a vacina, e deu certo. Bastou Macron anunciar o plano, antes mesmo da aprovação no Parlamento, que em menos de 24 horas 1,7 milhão de franceses reservaram um horário para agendar a vacinação.

Desde o anúncio, as ruas do país têm sido palcos de grandes protestos, que questionam o que chamam de ataque às liberdades individuais.

A resistência a propostas que tomam a vacinação obrigatória em determinadas situações é comum em países de todo o mundo que adotaram mecanismos do tipo, como Itália, Grécia, Hungria ou Austrália, que exigem a imunização para trabalhadores da saúde ou de outras áreas com alta exposição ao risco.

No Brasil, o mais notório opositor da medida foi o presidente Jair Bolsonaro, que se manifestou contrário à obrigatoriedade muito antes que a imunização começasse no país. No fim, o Superior Tribunal Federal até considerou constitucional que estados e municípios obrigassem a população a se vacinar, mas a ideia não chegou a ser adotada.

Na última semana, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, anunciou no plano de reabertura da cidade que quem quiser frequentar estádios, festas e casas de show precisará provar pelo aplicativo Conecte SUS, do Ministério da Saúde, que está totalmente imunizado.

Mas a situação é diferente por aqui em relação a outros países. Apesar do discurso do presidente, a maioria da população brasileira defende que a vacina seja compulsória. Pesquisa Datafolha de março mostrou que 70% da população defende a obrigatoriedade, número que cresceu ao longo do tempo frente aos 56% registrados em dezembro. A pesquisa mais recente, de julho, mostrou que 94% dos brasileiros querem se vacinar contra a Covid-19.

Nos Estados Unidos, pesquisa do Pew Research Center de fevereiro mostrava que 30% da população do país não pretendia se vacinar-proporção que havia chegado a 49% em setembro do ano anterior.

O ritmo de vacinação tem caído entre os americanos. Diante disso, o governo Joe Biden decidiu na última semana que **servidores públicos** federais serão

obrigados a se vacinar-quem se negar deverá fazer testes, usar máscaras e manter distanciamento.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49622>

Em Hong Kong, o governo local anunciou na segunda (2) que **servidores públicos** extra-balhadores das áreas de saúde e educação que não quiserem se vacinar vão ter que fazer dois testes por semana.

Empresas de tecnologia nos EUA, como o Google, a Uber e o Facebook, tornaram a vacinação obrigatória para funcionários. Mais de 600 instituições de ensino superior estão exigindo que seus alunos se vacinem para que possam retornar às aulas presenciais.

Para a infectologista Raquel Stucchi, professora da Uni-camp, as medidas são válidas pois a vacinação é, por ora, "a única medida que temos para tentar controlar a pandemia. Depois de 16 meses convivendo com a Covid-19, nós conhecemos bem o arrastão que ela provocou em termos de mortalidade, além do grande impacto na economia global".

Veja quais países têm medidas para obrigar imunização

Austrália Obrigatória para cuidadores de idosos

China Obrigatória para acessar comércios, serviços e escolas em algumas cidades, como Beiliu no sul do país

Estados Unidos Obrigatória para militares e servidores federais; em Nova York, obrigatória para frequentar estabelecimentos comerciais; empresas como Google, Facebook, Disney e Walmart, além de algumas universidades, também exigem vacinação

França Obrigatória para profissionais de saúde e para entrar em cinemas, bares, restaurantes ou transporte público, entre outros

Grécia Obrigatória para profissionais de saúde e cuidadores de idosos

Hong Kong Obrigatória para trabalhadores do governo; quem se recusar deverá pagar por conta própria dois testes por semana

Hungria Obrigatória para profissionais de saúde

Itália Obrigatória para profissionais de saúde e para entrar em cinemas, bares, restaurantes, academias e festivais, entre outros ambientes de risco

Reino Unido Obrigatória para cuidadores que atendem em domicílios

Site:

A estabilidade do funcionalismo (3)

As denúncias feitas pelo servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda sobre irregularidades no contrato de aquisição da vacina Covaxin não serviram apenas para questionar a lisura do governo Bolsonaro no trato com o dinheiro público. O escândalo também tem sido usado como argumento para defender o regime de estabilidade do funcionalismo público.

"Se não fosse a estabilidade, ele não estaria aqui sentado com a coragem que ele tem de denunciar isto tudo que está ocorrendo", disse o deputado Luis Miranda (DEM-DF), irmão de Luis Ricardo Miranda, na CPI da Pandemia.

Desde então, algumas corporações de funcionários públicos querem usar o escândalo da Covaxin como pretexto para manter as atuais regras sobre a estabilidade.

No entanto, ao contrário do que pretendem essas corporações, o caso envolvendo a vacina do laboratório indiano Bharat Biotech não é nenhuma demonstração de que as regras atuais de estabilidade do funcionalismo público sejam necessárias ou mesmo adequadas.

O debate sobre o regime atual é importante, pois afeta diretamente a capacidade de o poder público cumprir suas funções e prover serviços públicos de qualidade.

A Constituição de 1988 estabeleceu o que se pode chamar de estabilidade indiscriminada.

Com redação dada pela Emenda Constitucional (EC) 19/1998, o art. 41 prevê que "são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público".

Segundo o texto constitucional, não existe estabilidade absoluta.

Estabeleceu-se que o servidor estável pode perder o cargo em três hipóteses: sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo com ampla defesa ou procedimento de avaliação periódica de desempenho, "na forma de lei complementar". Na prática, a estabilidade continua sendo quase absoluta, pois o Congresso ainda não regulamentou a demissão por mau desempenho.

Tem-se, assim, um regime de estabilidade desproporcionalmente amplo e rígido. Nos países

desenvolvidos, só alguns postos contam com a prerrogativa, como juízes, soldados, fiscais ou policiais. Na Suécia e na Espanha, por exemplo, apenas 1% dos funcionários trabalha em regime estatutário. Na Grã-Bretanha são 10%, e mesmo assim com estabilidade parcial.

O Estado deve ter um corpo burocrático qualificado, mas isso não significa conceder estabilidade a todos os servidores, como se faz no Brasil. Num regime assim, além de engessar o poder público, a estabilidade se converte numa espécie de privilégio próprio do funcionalismo.

É preciso resgatar o sentido da estabilidade do servidor, limitando-a aos casos necessários.

Sua finalidade é proteger determinadas carreiras de pressões indevidas, de forma a assegurar a qualidade e a continuidade do serviço público. Em último termo, a estabilidade protege a coletividade, e não o funcionário que ocupa o posto público.

No entanto, a prerrogativa da estabilidade foi desvirtuada no País, sendo transformada em instrumento de acomodação de interesses políticos e eleitorais ou, em alguns casos, em subterfúgio para encobrir incompetência e desídia.

Em vez de justificar a estabilidade indiscriminada do funcionalismo, o caso da Covaxin mostra a necessidade de que a administração pública, em seus mais diversos âmbitos, disponha de um sistema eficiente de apresentação de denúncias.

Todo denunciante deve sentir-se seguro, seja servidor estável, terceirizado ou irmão de parlamentar. Afinal, coibir a propagação do delito e da ineficácia é dever fundamental de qualquer funcionário.

Apesar de sua timidez, afetando apenas os futuros servidores, a reforma administrativa em discussão no Congresso aponta na direção correta em relação à estabilidade, restringindo essa prerrogativa a carreiras típicas de Estado. No entanto, a proposta comete o equívoco de deixar para depois a definição de carreiras típicas, a ser feita por lei complementar.

Tão importante como corrigir excessos e desequilíbrios do texto constitucional, é regulamentar o que a Constituição já prevê, como a demissão por mau desempenho.

É preciso resgatar o sentido da estabilidade do servidor, limitando-a aos casos necessários

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma de servidores sai neste mês, diz Lira



Reforma. Caio Andrade, Arthur Maia, Robson Andrade e Anne Warth: RH estatal em debate

Eduardo Laguna

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse ontem que a reforma administrativa, que prevê uma reestruturação do RH do Estado, pode ser votada pelos deputados ainda neste mês.

"Esperamos, em relação à reforma administrativa, ter a votação ao fim de agosto porque temos de remetê-la ao Senado Federal.

Infelizmente, com a polarização existente hoje no Brasil, temos a obrigação de entregar matérias estruturantes até novembro", afirmou Lira, durante o fórum Estadão Think, realizado pelo Estadão com patrocínio da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Lira avaliou que ficará mais difícil avançar com reformas no ano que vem, quando os interesses eleitorais vão se sobrepor à agenda econômica.

"Se avançar na Câmara, fica mais fácil aprovar no Senado no ano que vem. O importante é avançar agora. Podemos avançar neste ano e continuar no ano que vem, mesmo sabendo das dificuldades de um ano eleitoral", afirmou o presidente da CNI, Robson Andrade.

A reforma administrativa foi enviada pelo governo ao Congresso em setembro de 2020. A proposta tem como objetivo alterar as regras para os futuros servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e municípios.

Ou seja, as mudanças propostas pelo governo não atingem os atuais servidores e mesmo aqueles que entrarem no serviço público antes da aprovação da reforma. Também não altera a estabilidade nem os vencimentos desses servidores.

Lira enfatizou que os direitos adquiridos de servidores não serão eliminados pela reforma.

"Não vamos atacar direito adquirido", afirmou o presidente da Câmara. "Não somos inconsequentes, sabemos dos nossos limites constitucionais." Ele reconheceu que categorias de funcionários públicos têm o maior lobby no Congresso, mas considerou que tais interesses "não serão maiores do que os fatos".

A proposta prevê que a reforma não vai atingir parlamentares, magistrados (juizes, desembargadores, ministros dos Tribunais superiores), promotores, procuradores e militares. Segundo Lira, todos os Poderes entrariam na reforma administrativa se fosse possível, porém, caso não envie proposta de mudança em suas categorias, a inclusão do Judiciário poderia significar que o Congresso estaria extrapolando limites constitucionais.

Já o relator da comissão especial que aprecia a proposta, o deputado Arthur Maia (DEMBA), discordou de Lira. "Na minha lógica, se o parecer fosse apresentado hoje, o Judiciário estaria incluído na reforma." Ao tratar da estabilidade dos cargos, Maia assegurou que o servidor que alcançou tal direito será preservado, mas isto não impede que ele seja submetido à avaliação de desempenho.

"Uma coisa é direito adquirido, outra é avaliação de desempenho." A demissão por "baixo desempenho" seria enviada como lei complementar, o que ainda não ocorreu.

I Pressa

"Esperamos, em relação à reforma administrativa, ter a votação ao fim de agosto porque temos que remetê-la ao Senado. Infelizmente, com a polarização hoje no Brasil, temos a obrigação de entregar matérias estruturantes até novembro." Arthur Lira (Progressistas-AL) PRESIDENTE DA CÂMARA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arthur Lira descarta Bolsa Família de R\$ 400



ISRAEL MEDEIROS

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que "não há conversa" para instituir um novo Bolsa Família no valor de R\$ 400, como anunciou o presidente Jair Bolsonaro ontem. Segundo o deputado, o programa social de transferência de renda do governo será gestado por meio de uma medida provisória, e não via Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Ao falar sobre a PEC que prevê o parcelamento dos precatórios - dívidas geradas por derrotas judiciais definitivas do governo -, Lira negou que ela sirva para abrir espaço orçamentário para o novo programa. "Criou-se essa versão de que essa PEC seria votada para que se abrisse valor para criar o Bolsa Família, o Bolsa Verde e Amarela ou Bolsa Brasil de R\$ 400. Não há possibilidade de estourar teto de gastos, a depender da vontade do Legislativo. O Bolsa Família virá por MP própria, dentro do Orçamento, dentro do teto de gastos, com um valor médio planejado em torno de R\$ 300. Isso é o que está sendo comentado", disse ele.

"Não houve essa conversa de R\$ 400, não há essa conversa de Bolsa Família dentro de PEC, não há essa conversa de furar teto de gastos. O novo programa social é justo para os mais pobres, porque em todo esse contencioso da pandemia, **inflação**, dólar alto, são aqueles que sentem os efeitos da **inflação** para subsistir. Essa é uma discussão importante, mas dentro do limite, dentro do teto de gastos", garantiu Lira.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse, em

entrevista à TV Asa Branca, de Caruaru (PE), que o governo está estudando um aumento de 100% no valor do Bolsa Família, que passaria a ser de cerca de R\$ 400. Diante da crise nas contas públicas e a eventual aprovação da **reforma tributária**, que pode gerar perda de arrecadação, não há garantias de que a União tenha condições de bancar o novo programa. Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a citar que havia margem orçamentária para pagamentos de R\$ 250 a R\$ 300, o que custaria, segundo ele, entre R\$ 25 e 30 bilhões. Não houve, por parte dele, menção de um valor maior dos pagamentos.

Ao falar sobre a pauta da Câmara para esta, que é a primeira semana após o recesso, Lira citou a **reforma tributária**. Ele disse que o projeto já tinha condições para ser aprovado antes do recesso e que o relator da proposta da mudança no Imposto de Renda, Celso Sabino (PSDB-PA), melhorou o parecer em relação à versão original. O texto, segundo ele, deve ser votado ainda esta semana. Sabino entregou um novo parecer ontem.

"(O objetivo) é melhorar o ambiente de negócios, simplificar, desonerar os **impostos** para pessoas jurídicas para que elas possam gerar emprego, renda, desenvolvimento. É taxar quem ganha mais, que sempre pagou menos nesse país, que pague mais. É fazer com que não haja perda, que a reforma seja neutra, que se afaste essas versões de que os estados e municípios terão prejuízos, porque não terão", completou Lira.

Lucro do Bradesco aumenta 63% e atinge R\$ 6,3 bilhões no 2º trimestre

O Bradesco registrou lucro líquido de R\$ 6,3 bilhões no segundo trimestre de 2021. O número representa um aumento de 63,2% em relação ao mesmo período do ano passado, quando o lucro foi de R\$ 3,9 bilhões.

Em nota enviada pela assessoria de imprensa nesta terça (3), o presidente do banco, Octavio de Lazari Jr., atribui esse desempenho a um cenário econômico mais positivo em relação ao ano passado e ao setor de seguros, cujo faturamento cresceu 20%.

"A área de seguros também teve neste trimestre os impactos da pandemia, e tivemos solidez financeira para absorver esses eventos", afirmou.

"Para frente, como avanço da vacinação, a tendência será de melhoria contínua e o retomo gradual da participação histórica ao redor de 25% no resultado do conglomerado."

O otimismo também se sustenta nos mais recentes índices do **PIB**, e o risco de **inflação** seria administrável. "A normalização da política monetária pelo Banco Central será peça-chave, pois os ativos reduzem a volatilidade, neutralizam a pressão inflacionária e dão mais confiança para investimentos", aponta.

O Bradesco é o terceiro grande banco a divulgar seus resultados referentes ao segundo trimestre. Na segunda (2), o Itaú Unibanco informou que obteve ganho de R\$ 6,543 bilhões no segundo trimestre, aumento de 55,6% em relação a igual período do ano passado e de 2,3% quando comparado aos três meses anteriores. Na semana passada, o Santander Brasil divulgara alta de 98,4% no lucro, para R\$ 3,979 bilhões.

Nesta terça, em entrevista após a divulgação do resultado, o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, afirmou que o avanço das reformas é fundamental para a economia, mas destacou que alguns pontos da **reforma tributária** precisam de um período de transição para entrarem em vigor.

Entre os pontos citados pelo executivo estão um eventual fim da dedutibilidade do JCP (juros sobre capital próprio) e a possível redução na alíquota de IRPJ (Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas).

A falta de uma transição pode tirar R\$ 500 bilhões do volume de recursos destinados ao crédito no sistema financeiro, afirmou Maluhy Filho.

O cálculo levou em consideração o impacto da reforma sobre créditos tributários das seis maiores instituições do país - Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander.

O texto da **reforma tributária** em análise traz uma proposta de redução na alíquota geral de Imposto de Renda para pessoas jurídicas, que atualmente é de 15%. Esse imposto iria para 5% em 2022 e cairia para 2,5% em 2023.

Os bancos têm em seus balanços os chamados créditos tributários. Caso as mudanças propostas na **reforma tributária** não sejam feitas de forma gradativa, as instituições financeiras terão de ajustar de uma vez esses valores para se adequarem às novas alíquotas.

A estimativa é que isso geraria um consumo de capital dos bancos, com um impacto negativo de R\$ 50 bilhões no sistema financeiro.

"Imaginando essa perda e considerando que pela regra que temos no sistema [financeiro] por Basileia e pelas regras do BC, podemos alavancar o capital em até dez vezes. Na prática, isso significa tirar do sistema uma capacidade de emprestar até R\$500 bilhões", afirmou Maluhy.

XP tem salto de 83% no ganho do 2º trimestre

A plataforma de investimentos XP anunciou nesta terça (3) um salto de 83% no lucro líquido ajustado do segundo trimestre ante o mesmo período de 2020, para R\$ 1,034 bilhão.

Segundo o relatório de resultados, a XP fechou o primeiro semestre com R\$ 817 bilhões em ativos sob custódia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49622>

Reforma do IR atinge startups que captam via paraísos fiscais

Filipe Oliveira

O projeto de **reforma tributária** apresentado pelo governo no final de junho pode aumentar os custos das startups na hora de captar investimentos e elevar a cobrança de **impostos** de empresários e investidores, dizem advogados que acompanham o setor.

O texto, como foi apresentado originalmente, afeta as companhias por endurecer as regras na tributação de sócios de empresas sediadas em paraísos fiscais ou com regime privilegiado.

Ainda não há segurança sobre o que acontecerá com as medidas de maior efeito para as empresas iniciantes ao longo da tramitação do texto, que eram consideradas importantes para cobrir perdas de arrecadação trazidas por outras medidas da reforma.

Isso porque elas ficaram inicialmente de fora do substitutivo preliminar elaborado pelo deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA), relator do texto na Câmara dos Deputados. Porém, em entrevista à Folha, o parlamentar disse que iria reinserir as medidas para cobrança de **impostos** em paraísos fiscais

Nesta terça (3), porém, apresentou a líderes do Congresso uma nova versão do texto excluindo a regra que taxaria automaticamente recursos de brasileiros em paraísos fiscais.

As startups são atingidas pelo cerco aos paraísos fiscais porque é frequente no setor que as companhias criem holdings no exterior, em especial em Delaware, nos Estados Unidos, e nas Ilhas Cayman, para que sejam as controladoras de suas operações no Brasil.

A ação, conhecida como "flip", é uma exigência comum de investidores estrangeiros que não querem se submeter a jurisdição brasileira, considerada complexa e arriscada para os negócios, segundo advogados.

A advogada Bruna Marrara, do escritório Machado Meyer, diz que atualmente, quando há a transferência das ações da startup para esses países, o investidor pode considerar que a empresa mantém o mesmo valor declarado antes em seu Imposto de Renda, sem ser tributado.

O projeto do governo, porém, exige que seja apurado o valor de mercado da companhia na hora da transferência e o acionista da empresa passe a ser tributado caso ela tenha se valorizado.

Como exemplo, a advogada cita caso de investidor que aplicou R\$ 100 mil em uma startup que será transferida para o exterior. Nesse momento, sua cota pode ser avaliada em R\$ 250 mil e, sobre a diferença, deve incidir imposto de pelo menos 15%. "Ele pode ter de tirar dinheiro do bolso sem ainda ter recebido nada", afirma.

Outro ponto que foi incluído no texto do governo, mas não aparece no substitutivo, é a tributação do ganho na venda de empresas em paraísos fiscais que tenham ativos brasileiros.

O imposto, caso aprovado o texto do governo, passaria a ser cobrado quando há venda de companhias com US\$ 100 milhões em ativos no Brasil ou que tenham mais de 50% de seus ativos localizados aqui. A medida busca atingir pessoas que residem fora do país.

O setor também pode sofrer impacto com mudanças nas regras para tributação de lucros de empresas em países com regime diferenciado.

O projeto do governo prevê que sócios brasileiros de empresas em países nessas condições passem a pagar **impostos** sobre os lucros da companhia logo que eles são apurados.

Pela regra atual, quem tem uma holding no exterior só paga **impostos** quando o lucro é distribuído aos sócios, diz Marcelo Perez, do escritório Bronstein, Zilberberg, Chueiri Potenza.

Outro assunto de grande interesse das startups, a possibilidade de oferecer opções de compra de suas ações para ampliar a retenção de funcionários, é afetado tanto pela proposta do governo como também pelo substitutivo.

O texto prevê que, caso essas ações sejam oferecidas a diretores, elas não podem ser deduzidas do Imposto de Renda como uma despesa operacional.

"O projeto está indo contra a necessidade do mercado, de tornar a empresa mais competitiva na hora de trazer talentos", diz o advogado Pedro Henrique Ramos, do escritório Baptista Luz e conselheiro do Dínamo, grupo que reúne startups e investidores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

22

Precatório turva cenário para Selic



Alex Ribeiro De São Paulo

A solução costurada pelo governo para bancar um Bolsa Família turbinado com a retirada dos precatórios do teto de gastos turva ainda mais o cenário do Banco Central na reunião de agosto do Comitê de Política Monetária (Copom), cuja decisão será anunciada hoje.

Por ora, os analistas econômicos afirmam que as discussões fiscais não deverão levar o colegiado a acelerar ainda mais o passo do aperto, indo além da alta amplamente esperada de um ponto percentual nos juros, para 5,25% ao ano. Mas, para alguns, o colegiado deverá reconhecer um aumento das incertezas fiscais, o que contribui para um balanço de risco para a inflação ainda mais desfavorável.

O economista-chefe BTG Pactual, Mansueto Almeida, diz que esse nova ameaça ao teto de gastos ocorre num momento em que as contas apresentavam uma melhora, com queda da dívida pública, redução do déficit primário e queda na despesa como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

"O Banco Central está numa posição delicada", diz Mansueto, que foi secretário do Tesouro. "Tem que reconhecer a melhora fiscal, mas de fato tem que alertar que o trabalho ainda não está feito e que o risco fiscal ainda é o calcanhar de Aquiles da economia brasileira."

Segundo ele, vários dados corroboram a melhora

fiscal. Na semana passada, o déficit primário de 2021 foi revisado para R\$ 155 bilhões, ante R\$ 285 bilhões estimados em março. Como o crescimento da economia foi reestimado de 3% para 5,3%, a projeção do déficit primário como proporção do PIB caiu a pouco menos da metade, de 3,7% para 1,8%.

A despesa também está recuando consideravelmente, afirma. Entre 2019 e 2020, ela foi elevada de 19,5% para 26% do PIB para combater a pandemia. Mas, diz Mansueto, está indo a 18,9% do PIB neste ano, levando em conta o gasto primário de R\$ 1,63 trilhão previsto no relatório bimestral de receitas e despesas e o PIB de R\$ 8,636 trilhões estimado pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

Para o ano que vem, a perspectiva é de uma queda adicional nos gastos primários, para 17,7% do PIB, caso o teto de gastos seja respeitado. "Será a primeira vez pós Constituição de 1988 que a despesa primária do governo central vai cair em um ciclo completo de quatro anos de governo", destaca.

Diante da melhora nesses números, o Banco Central só poderia acusar uma piora no risco fiscal caso defendesse a tese de que há o risco político de quebrar o teto de gastos. Segundo ele, a autoridade monetária deve se mostrar atenta a esse risco.

"Nessa questão dos precatórios, simplesmente não dá para pagar R\$ 89 bilhões no próximo ano. Tem que ser feita alguma coisa, e esse debate não deve ser ligado com a discussão do Bolsa Família", afirma Mansueto. "A mudança no ritual de precatórios não deveria abrir espaço no teto apenas para evitar o crescimento expressivo que está projetado para o próximo ano."

Hoje, o Copom já reconhece nos seus documentos oficiais a melhora fiscal, mas diz que a incerteza segue importante o suficiente para tornar o balanço de riscos assimétrico. Do ponto de vista prático, isso já tem afetado a política monetária, provocando um aperto mais forte dos juros.

O Banco Central também alertou, na ata da reunião do Copom de junho, para os riscos de "novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piores a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país".

A economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour,

diz acreditar que, por enquanto, a discussão em torno dos precatórios não deverá mudar a comunicação do BC. "Ela cabe bem na situação atual de elevada incerteza, mas não de colapso fiscal", afirma. "Se a situação deteriorar, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pode fazer discursos alertando, como fez da última vez dos precatórios", acrescenta.

No ano passado, quando o relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial, senador Mareio Bittar (MDB-AC), cogitou tirar os precatórios do teto, Campos Neto chegou a mencionar a possibilidade de retirada do "forward guidance", um compromisso de não subir o juro tão cedo que foi abandonado em janeiro.

Um ex-diretor do Banco Central, que prefere não ser identificado, afirma que, pela comunicação adotada na ata de junho, o Copom deveria agora reconhecer uma piora do risco fiscal. A extensão do Bolsa Família nos moldes cogitados pelo governo, sem o ajuste em outras despesas, já teria impacto não negligenciável sobre a demanda agregada e, por consequência, sobre a dinâmica dos preços.

"Talvez o mais importante seja o impacto advindo de mudanças nas expectativas dos agentes econômicos sobre a taxa de câmbio, que têm origem na elevação do prêmio de risco", afirma esse interlocutor.

Um outro profissional do mercado com experiência no governo diz, também sob a condição de anonimato, que as incertezas fiscais já estão tendo peso na taxa de câmbio. "Mais uma vez o governo não deixou o câmbio apreciar, primeiro com a **reforma tributária** intempestiva e inconsequente e agora com essa ideia de financiamento de precatórios", observa essa fonte. "No ano passado, foi a mesma coisa. Enquanto todas as moedas apreciavam, nos postergávamos as reformas por causa de eleições e falávamos em financiar auxílio emergencial com precatórios."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186970?page=1§ion=1

Lira volta a afirmar que o teto de gastos será respeitado

Por *Claudia Violante, Valor - São Paulo*

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltou a afirmar nesta quarta-feira que o teto de gastos será respeitado. Ele deu as declarações em entrevista à rádio Bandeirantes, quando respondia sobre a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de parcelar os precatórios da União.

"Não há possibilidade de calote. Mas também não há possibilidade... de se pagar R\$ 90 bilhões ano que vem em precatórios, seria usar todo o recurso discricionário", disse Lira ao acrescentar que "é impossível para o ordenamento das contas públicas (pagar todos os precatórios) a não ser que se queira furar o teto, o que não é o caso". "Não vamos furar o teto com o reajuste do Bolsa Família, não vamos fazer isso, então não é o caso também (com os precatórios)", declarou.

Na entrevista, Lira também tocou em temas como reforma administrativa, voto auditável, **reforma tributária**. Ele desmentiu, por exemplo que será votado nesta semana mudanças no código eleitoral. Segundo ele, o tema apenas foi protocolado.

"Vai ter muita discussão, sugestões, muitas alterações no transcorrer do tempo entre o protocolo do projeto e o plenário da casa", disse, ao emendar que o que vai pode ser votada nesta semana é a versão da possibilidade de mudança do sistema proporcional, que existe hoje, para o distritão ou distrital misto.

Sobre o voto auditável, o presidente da Câmara lembrou que a Casa já votou, em 2015, e aprovou a PEC sobre o voto auditável, que está parada desde então no Senado. "Agora essa discussão volta de novo na Câmara", lembrou ao acrescentar que não tem nenhum fato relevante que possa usar para falar que teve fraude nas urnas. "Se não há falha, não há problemas, porque continuar discutindo essa versão", disse ao emendar que não vê problemas em tornar o sistema mais transparente.

Lira comentou ainda sobre a **reforma tributária**, que, segundo ele, está sendo fatiada porque seria muito difícil passar em um único bloco. Ele destacou que a Câmara deve votar essa semana ou no início da próxima a reforma do Imposto de Renda. "Queremos entregar uma reforma neutra do IR, que não aumente

a arrecadação, dê condições melhores para as empresas", disse ao emendar que a taxação de dividendos trará "justiça tributária".

Dentro da **reforma tributária** fatiada, o Senado ficou com a votação do passaporte tributário - programa que permitirá a negociação de diversos tipos de dívida - e o refis. "Tenho informação de que o Senado pode votar amanhã o Refis", contou.

Por fim, Lira comentou sobre a reforma administrativa, ao repetir que as mudanças devem atingir os novos servidores, já que os antigos devem seguir com seus direitos adquiridos. "Nós não precisamos atingir direito adquirido. Só precisamos redesenhar o estado para a frente, para que excessos não permaneçam, para que Estado tenha desenho mais leve, mais produtivo", concluiu.

Este conteúdo foi publicado originalmente no Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

- Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Site: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/08/04/lira-volta-a-afirmar-que-o-teto-de-gastos-sera-respeitado.ghml>

E agora, Brasil?: No pós-pandemia, qualificação e informalidade são os desafios para retomar o emprego

O Globo

E agora, Brasil?: Os desafios para retomada do emprego no país pós-pandemia Foto: Agência O Globo

RIO - Qualificar a mão de obra, incluir os informais em sistemas de proteção social e dar prioridade à educação são os caminhos apontados por executivos, economistas e o próprio governo para estimular a criação de vagas no mundo pós-pandemia.

Os desafios para a retomada da economia e do mercado de trabalho foram o tema da nova edição do E agora, Brasil?, realizada na segunda-feira, numa iniciativa dos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Bruno Bianco, secretário executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, reconheceu que há um "problema grave" de qualificação do capital humano, abrindo um "abismo entre dois mundos diferentes, o celetista, custoso, e outro sem qualquer tipo de emprego formal":

- Cria um efeito cicatriz, esse trabalhador não consegue chegar a um emprego formal. Vamos reduzir o custo de contratação, dar oportunidade para que o empregado possa se qualificar no trabalho.

Prioridade à educação

O secretário defende a formalização sem CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Um exemplo é o programa Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), que prevê o pagamento de R\$ 550 ao jovem, principalmente os que estão fora do mercado de trabalho e da escola, os chamados nem-nem, e aos maiores de 55 anos, para se qualificarem dentro da empresa. Mas não há vínculo empregatício.

O emprego com carteira tem reagido, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Foi criado um total de 1,536 milhão vagas no primeiro semestre deste ano. Quando se consideram os informais na conta, a realidade é diferente: a taxa

de desemprego está no seu patamar mais alto: 14,6%, com 14,8 milhões de pessoas à procura de emprego e 40% de informalidade.

Lorival Luz, CEO global da BRF, ressaltou que o problema extrapola a qualificação profissional. Está no ensino básico:

- Infelizmente, não saem preparados para entrar num curso profissionalizante. Há uma defasagem.

Por isso, o investimento em educação básica é fundamental, principalmente depois de tanto tempo de escolas fechadas por causa da pandemia, na opinião da consultora econômica e colunista do GLOBO, Zeina Latif. Ela critica a omissão do Ministério da Educação e da Casa Civil, por não ter um plano nacional para lidar com a situação:

- Não é uma agenda do governo. Estamos vendo um retrocesso num caminho que já estava lento. Podemos chegar num ponto de não retorno. Já são 30% dos jovens que são nem-nem - afirmou a economista, chamando a atenção também para o sistema tributário brasileiro, que trava a produtividade das empresas.

Paralelamente à lenta tramitação da **reforma tributária** no Congresso, Luz alertou para o risco de excesso de burocracia. Para ele, a reforma trabalhista foi um avanço. Antes dela, a companhia, que emprega cem mil pessoas, era obrigada a manter grupos de advogados espalhados pelo Brasil para fazer a gestão das ações trabalhistas. Mas é preciso avançar mais:

- Esse exagero prejudica o próprio funcionário, como aconteceu em Detroit (EUA), no ABC (Região do ABC, na Grande São Paulo), de onde as indústrias saíram por causa de uma regulação nefasta.

Fôlego às empresas

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, enfatizou que as empresas "estão precisando de fôlego para superar os desafios da pandemia":

- A questão do emprego e da renda é absolutamente

fundamental não apenas para o comércio de bens, serviços e turismo, mas também para a economia como um todo. São as empresas que garantem os empregos. A melhor política de empregos é garantir a sobrevivência das empresas com medidas que estimulem investimentos em um bom ambiente de negócios.

É justamente no setor privado que estão surgindo as oportunidades de emprego. Na BRF, houve criação 10 mil vagas no ano passado. O Magazine Luiza, rede que ampliou as vendas digitais na pandemia, também criou 10 mil vagas nos últimos 12 meses:

- A venda on-line gera emprego, ao invés de tirar. Pode deixar de gerar um emprego de vendedor para criar um de operador de logística - disse Fabrício Garcia, vice-presidente de operações da empresa.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/e-agora-brasil-no-pos-pandemia-qualificacao-informalidade-sao-os-desafios-para-retomar-emprego-25139545>

Precatórios: declarações de Guedes aumentam insegurança de investidores

O ministro da Economia, Paulo Guedes, continua rasgando os manuais do liberalismo econômico que prometeu seguir quando decidiu ingressar no governo. Ao defender novamente um parcelamento no pagamento de precatórios - dívidas judiciais da União - como moeda de troca para criar o Bolsa Família turbinado, o novo programa social prometido pelo governo Jair Bolsonaro, o chefe da equipe econômica gerou ruídos no mercado, diante do risco de uma nova pedalada fiscal, ou, simplesmente, de um calote federal.

"Devo, não nego, pagarei assim que puder", disse o ministro, durante debate com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, promovido pelo site Poder 360.

De acordo com Guedes, a justificativa para não pagar estaria no alto valor da conta dos precatórios, R\$ 90 bilhões. Segundo ele, no início da década passada, o valor variava entre R\$ 10 bilhões e R\$ 16 bilhões. O número saltou para R\$ 40 bi nos últimos quatro anos. "Fizemos um cálculo bastante conservador e, mesmo assim, estimamos que pudesse chegar a R\$ 57 bilhões, mas o número extrapolou qualquer possibilidade de reservas e provisões do governo", disse.

A explicação não convenceu o especialista em contas públicas Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (AFI), ligada ao Senado Federal. Para Salto, faltou cautela e mapeamento de risco do governo em relação a essa despesa. "Os precatórios não começaram a aumentar ontem. Não é propriamente uma surpresa", destacou. "Despesa determinada pela Justiça se paga. Mexer em regra fiscal ao sabor da conjuntura é temerário."

O governo tenta ampliar o parcelamento das dívidas previsto na Constituição por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) discutida, na segunda-feira, por Guedes e pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretária de Governo) e João Roma (Cidadania), com os presidentes da Câmara e do Senado Federal, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), respectivamente. Segundo o ministro da Economia, a PEC ainda será apresentada e permitirá, se aprovada, que os precatórios de maior valor sejam pagos com uma entrada de 15% e mais nove parcelas anuais de igual

montante, em 10 anos ao todo, portanto. As causas de pequeno valor - até R\$ 66 mil, seriam pagas integral e imediatamente.

"Existem milhões de pequenas causas ganhas contra o Estado brasileiro por cidadãos, e essas, nós estamos preservando o pagamento integral das sentenças. Todas as causas pequenas serão atendidas integralmente e instantaneamente, já vão para o Orçamento e serão preservadas", disse Guedes. Segundo ele, "não haverá calote".

No ano passado, durante a discussão do Orçamento deste ano, o então relator, senador Márcio Bittar (PSDB-AC) fez uma proposta parecida para também financiar um programa social, que era chamado pelo parlamentar de Renda Cidadã. Contudo, o assunto foi abandonado, porque gerou o mesmo ruído em relação às pedaladas fiscais - manobras contábeis que abriram espaço para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

"Ao que tudo indica, houve uma melhora na proposta, que, na nossa avaliação, não parece uma pedalada a ponto de gerar uma abertura para um processo de impeachment de Bolsonaro. Mas é inegável que isso cai como uma bomba sobre o mercado, porque aumenta os riscos fiscais. Esse novo programa (Bolsa Família) vai aumentar o peso no Orçamento, é de longo prazo e não há uma receita equivalente para compensá-lo", destacou Lucas Fernandes, coordenador de análise política da BMJ Consultores Associados.

"Os precatórios não começaram a aumentar ontem. Não é propriamente uma surpresa. Despesa determinada pela Justiça se paga. Mexer em regra fiscal ao sabor da conjuntura é temerário", Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente.

A declaração de Guedes mexeu com os ânimos do mercado, ao jogar lenha na fogueira das preocupações com a situação fiscal, que voltaram ao cenário dos investimentos. "O Brasil passou por um período de altas expectativas e de **inflação** mais forte que o esperado, a relação dívida-**PIB** caiu, e isso havia melhorado a percepção do mercado em relação ao fiscal. Mas, conforme entramos nas pautas da eleição e do orçamento do ano que vem, essa boa

percepção vai caindo por terra, devido a várias atitudes e falas na linha populista, que deixam o mercado mais nervoso", explicou Daniel Miraglia, economista do Integral Group.

Para a economista Camila Abdelmalack, da Velha Investimentos, o que tem alimentado a insegurança dos investidores, principalmente estrangeiros, é a falta de capacidade demonstrada pelo governo de gerenciar as contas públicas, além das incertezas sobre como o governo irá cumprir tantas promessas com orçamento programado para o próximo ano. "A PEC tenta endereçar uma maneira de financiar o gasto corrente que não poderia ser do modo proposto. Isso acaba batendo nas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tirando credibilidade e clareza aos investidores de que o país está cumprindo o teto de gastos", ressaltou.

Insegurança

Além da insegurança fiscal sobre os programas do governo ou pagamentos de precatórios, a **reforma tributária** tem sido uma grande responsável pelos ruídos no mercado, de acordo com Daniel Miraglia. Segundo o economista, desde que foi enviada ao Congresso Nacional, antes do recesso, o texto da reforma aumentou as dúvidas sobre a agenda liberal do governo. "O mercado entendeu que a reforma é populista e o resultado do populismo é, na maioria das vezes, juro mais alto, **inflação** maior e crescimento de longo prazo mais baixo", disse.

Ao admitir que o governo pode não pagar o que deve, mesmo obrigado por decisões judiciais, Guedes fez a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) cair e os juros futuros dos títulos públicos voltarem a subirem.

O Índice Bovespa, principal indicador da B3, chegou a cair 1% logo após a declaração do ministro, encostando nos 120 mil pontos, mas depois reduziu as perdas e voltou para o patamar acima de 122 mil, terminando o dia em alta de 0,87%. Já os juros futuros aumentaram.

De acordo com Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust, os juros dos contratos DI para janeiro de 2022 passaram de 6,30% para 6,36% ao ano, e os para 2022 subiram de 7,85% para 7,96%. As taxas anuais dos títulos para janeiro de 2025 aumentaram de 8,79% para 8,91%. "O fato de Guedes defender essa ideia de parcelamento de precatórios é muito ruim. Por isso, a curva de juros continua esticada", explicou Velho. (RH e FF)

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que "não há conversa" para instituir um novo Bolsa Família no valor de R\$ 400, como

anunciou o presidente Jair Bolsonaro ontem. Segundo o deputado, o programa social de transferência de renda do governo será gestado por meio de uma medida provisória, e não via Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Ao falar sobre a PEC que prevê o parcelamento dos precatórios - dívidas geradas por derrotas judiciais definitivas do governo -, Lira negou que ela sirva para abrir espaço orçamentário para o novo programa. "Criou-se essa versão de que essa PEC seria votada para que se abrisse valor para criar o Bolsa Família, o Bolsa Verde e Amarela ou Bolsa Brasil de R\$ 400. Não há possibilidade de estourar teto de gastos, a depender da vontade do Legislativo. O Bolsa Família virá por MP própria, dentro do Orçamento, dentro do teto de gastos, com um valor médio planejado em torno de R\$ 300. Isso é o que está sendo comentado", disse ele.

"Não houve essa conversa de R\$ 400, não há essa conversa de Bolsa Família dentro de PEC, não há essa conversa de furar teto de gastos. O novo programa social é justo para os mais pobres, porque em todo esse contencioso da pandemia, **inflação**, dólar alto, são aqueles que sentem os efeitos da **inflação** para subsistir. Essa é uma discussão importante, mas dentro do limite, dentro do teto de gastos", garantiu Lira.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse, em entrevista à TV Asa Branca, de Caruaru (PE), que o governo está estudando um aumento de 100% no valor do Bolsa Família, que passaria a ser de cerca de R\$ 400. Diante da crise nas contas públicas e a eventual aprovação da **reforma tributária**, que pode gerar perda de arrecadação, não há garantias de que a União tenha condições de bancar o novo programa.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a citar que havia margem orçamentária para pagamentos de R\$ 250 a R\$ 300, o que custaria, segundo ele, entre R\$ 25 e 30 bilhões. Não houve, por parte dele, menção de um valor maior dos pagamentos.

Ao falar sobre a pauta da Câmara para esta, que é a primeira semana após o recesso, Lira citou a **reforma tributária**. Ele disse que o projeto já tinha condições para ser aprovado antes do recesso e que o relator da proposta da mudança no Imposto de Renda, Celso Sabino (PSDB-PA), melhorou o parecer em relação à versão original. O texto, segundo ele, deve ser votado ainda esta semana. Sabino entregou um novo parecer ontem.

"(O objetivo) é melhorar o ambiente de negócios, simplificar, desonerar os **impostos** para pessoas

jurídicas para que elas possam gerar emprego, renda, desenvolvimento. É taxar quem ganha mais, que sempre pagou menos nesse país, que pague mais. É fazer com que não haja perda, que a reforma seja neutra, que se afaste essas versões de que os estados e municípios terão prejuízos, porque não terão", completou Lira.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/08/4941656-precatorios-declaracoes-de-guedes-aumentam-inseguranca-de-investidores.html>

Dispara o preço da gasolina no DF



» LUANA PATRIOLINO

Os motoristas do Distrito Federal levaram um susto ao abastecer, ontem, nos postos da capital. O preço da gasolina disparou e chegou a custar até R\$ 6,40 por litro. E a previsão é de mais aumento. Isso porque a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o litro de combustível deve aumentar, em consequência de ato do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

"O Confaz, que é um conselho de política fazendária, atualizou a portaria que apresenta a pesquisa nacional com o preço médio dos combustíveis. A partir desse novo preço médio, os agentes das receitas estaduais podem recalibrar seus modelos e definir uma nova base de cálculo para o ICMS ST (substituição tributária) praticado. Com a nova base de cálculo majorada, há um aumento no valor do imposto, que será repassado por toda cadeia até o consumidor final", explica o economista Vinícius do Carmo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Para o analista de sistemas Itamar Correia, 40 anos, o aumento da gasolina é absurdo. "Temos uma perspectiva de que troque o presidente da Petrobras para que se resolva isso. Não dá para continuar com esses aumentos contínuos", ressalta o morador do Cruzeiro, que teve um acréscimo no gasto mensal de R\$ 300 com o combustível. "Isso porque eu trabalho em home office. Só uso o carro para levar e buscar meus meninos na escola. Se utilizasse para trabalhar, com certeza, esse valor seria bem maior", afirma.

O motorista por aplicativo Manoel Scooby, 44 anos, relata que tem ficado cada vez mais difícil pagar as contas por conta do preço da gasolina. Ele, que tem apenas a atividade como renda e dirige uma média de 300 km a 400 km por dia, ressalta que, mesmo com um carro relativamente econômico, a situação está

ficando insustentável. "Na maioria dos postos, está R\$ 6,30 ou R\$ 6,40. Está muito difícil abastecer. Faz tempo que o nosso lucro vem diminuindo com o preço da gasolina. O valor está só subindo, e as empresas de aplicativo não melhoram em nada a tarifa das viagens para o trabalhador. Hoje, o nosso lucro diminuiu em torno de 30% a 40% por causa da gasolina", afirmou. Uma das soluções encontradas pelos motoristas de aplicativo é a utilização do gás natural veicular, conhecido popularmente como GNV. "Muitas motoristas estão colocando o GNV. Mas é muito caro para fazer a instalação e também é para fazer a regulamentação", explicou Scooby.

Vários fatores

Até chegar às bombas dos postos de combustível, a gasolina passa por uma série de tributações. Uma delas é o ICMS, que é somada a outras cobranças como Cide, PIS/Pasep e Cofins. A porcentagem de **impostos** no preço final não é exata e varia no preço entregue ao consumidor. "O percentual pode variar um pouco exatamente por causa do componente estadual do imposto (ICMS), mas, certamente, somente as contribuições federais (Cide, PIS e Cofins) são maiores que 25%. Nos estados, o ICMS varia entre 25 e 31%. Como estes custos são repassados ao consumidor, a soma dos **impostos** representa uma parcela grande no preço final", explica o economista Vinícius do Carmo. De acordo com dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), no DF, a cada litro de gasolina vendida na capital, somente de imposto, são cobrados R\$ 2,37. Carmo explica que, além disso, o mercado internacional influencia no valor final da gasolina. "Depende do preço internacional da matéria-prima e dos **impostos** para determinar qual é o seu custo. Também há uma influência da quantidade de petróleo dos outros produtores e a quantidade de consumo global. Isso influencia o preço, bem como a política de **tributos**", esclarece o especialista. De acordo com a Secretaria de Economia do DF, as alíquotas sobre os combustíveis não sofrem alteração desde 2015. Por meio de nota, a pasta afirma que a porcentagem do ICMS no Distrito Federal é de 28% para gasolina e etanol; e de 15% para diesel. "Como é um valor percentual, ele varia de acordo com o preço cobrado pelos postos de gasolina. Ou seja, se os estabelecimentos aumentam ou diminuem o preço do combustível, continua-se cobrando 28% ou 15% de imposto sobre esse preço", aponta.

Relator do IR recua e exclui taxaço sobre paraísos fiscais



Fábio Pupo

O relator da proposta do governo que altera o Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresentou uma nova versão do projeto excluindo a regra que taxaria anualmente recursos de brasileiros em paraísos fiscais e que prometia cobrir o buraco a ser aberto pelas demais medidas previstas no texto.

A ausência da regra representa um recuo de Sabino, que disse nos últimos dias que o "espírito patriota" havia levado os envolvidos a resgatar a norma. Segundo ele, ela pagaria com folga as reduções de **impostos** geradas pelo projeto de lei.

Prevista no projeto original do governo, apresentado no fim de junho, o instrumento que taxaria recursos em paraísos fiscais anualmente havia sido removido no mês seguinte após conversas com o ministro Paulo Guedes (Economia).

Nesta terça, Sabino afirmou que a regra deixou de ser prevista porque grande parte dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) não aplica a regra.

A OCDE não obriga seus membros a adotar a taxaço, mas recomenda que os países a apliquem como uma boa prática para evitar a sonegação fiscal. Países como Estados Unidos, França e Canadá aplicam a norma, com variaçoes em cada caso.

Em vez da medida voltada a paraísos fiscais, Sabino inseriu no texto um dispositivo que dá ao indivíduo com recursos no exterior a opção de atualizar os valores que possui ao declará-los às autoridades brasileiras. Um imposto de 6% incidiria sobre os rendimentos registrados, sem necessidade de repatriá-

los ao Brasil.

Segundo ele, a regra de atualização vai contribuir para deixar o impacto fiscal da reforma neutro. Mas, após questionamentos durante entrevista, ele esclareceu que a atualização dos valores no exterior deve gerar uma arrecadaço aproximada de R\$ 20 bilhões em 2022 e não tem previsáo de arrecadaço nos anos seguintes -ou seja, a medida tem efeito temporário.

A versáo anterior da proposta do Imposto de Renda apresentado por Sabino no mês passado gerava um buraco permanente de R\$ 30 bilhões ao ano na arrecadaço pública, principalmente pelos cortes de **impostos** sobre empresas. Ele e o ministro Paulo Guedes (Economia) têm defendido a proposta mesmo assim. O ministro afirma que é possível arriscar a perda desse número porque a arrecadaço está crescendo.

Em seu novo texto, Sabino também tenta apresentar um mecanismo para atender governadores e prefeitos -que temem perda de receitas e, mesmo com as mudanças, ainda veem problemas na proposta. Estados e municípios têm direito a uma parte da arrecadaço com Imposto de Renda e, com os cortes previstos, calculam perder recursos.

Para conter a insatisfaço, a ideia de Sabino é fazer com que os cortes planejados na alíquota do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) sejam feitos ao longo de três anos (e não dois, como na proposta anterior) e dependam em parte de haver crescimento real da arrecadaço durante o período.

A proposta apresentada em meados do mês por Sabino propunha um corte na alíquota-base do IRPJ de 15% para 2,5%, sendo uma reduço de 10 pontos percentuais no primeiro ano de vigência e mais 2,5 pontos no segundo ano.

Agora, o deputado apresentou a nova versáo com um corte de 7,5 pontos no primeiro ano, de 2,5 pontos no segundo e outros 2,5 pontos no terceiro.

A compensaço orçamentária para o primeiro corte estaria assegurada pelas próprias medidas arrecadatórias contidas na proposta, que incluem a taxaço de dividendos. Já os cortes adicionais no segundo e no terceiro ano só seriam feitos se a

arrecadação crescer em relação ao ano anterior -já descontada a **inflação**.

Para os estados, o projeto continua prevendo a subtração de receitas dos entes e criando um horizonte de "manifesta insolvência fiscal" de estados e municípios.

Sabino também vai propor o fim do instrumento do JCP (juros sobre capital próprio), um passo além em relação à proposta anterior que previa o fim da dedução do JCP em outros **impostos**.

Ele também disse que vai propor o aumento de 4% para 5,5% na alíquota da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico de recursos minerais.

Empresas do Simples não vão pagar **impostos** sobre dividendos, como já sinalizado anteriormente.

Na entrevista virtual sobre a nova versão do texto, apresentada a jornalistas e analistas, o deputado evitou responder a todas as perguntas e deixou de apresentar o impacto fiscal detalhado das medidas anunciadas. Ele ainda não havia informado os números até o fechamento deste texto.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça que o texto foi melhorado por Sabino, mas que o objetivo não é "fazer pegadinha". "[A proposta] tinha todas as condições para que fosse aprovada inclusive antes do recesso. O relatório do deputado Sabino melhorou e muito o texto original, mas nosso objetivo aqui não é de fazer pegadinha, não é de fazer surpresa, não é de prejudicar segmento nenhum, nem público nem privado, nem ente federativo, nem categoria de profissionais liberais".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

22

PEC de Guedes prevê parcelar em dez anos precatórios acima de R\$ 455 mil

Bernardo Caram Fábio Pupo

A proposta em elaboração pelo Ministério da Economia para abrir espaço no Orçamento e turbinar o Bolsa Família deve determinar o parcelamento de todos os precatórios do governo federal com valores acima de R\$ 455 mil.

A informação foi divulgada pela secretaria especial do Tesouro e Orçamento da pasta nesta terça-feira (3). A medida ainda não foi apresentada formalmente pela pasta ao Congresso.

O gasto do governo com o cumprimento de sentenças judiciais deve passar de R\$ 55,4 bilhões neste ano para R\$ 89,1 bilhões em 2022. A forte expansão compromete os planos do governo para o ano eleitoral ao pressionar o teto de gastos -regra que limita as despesas públicas à variação da inflação.

Por isso, o governo prepara uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para adiar o pagamento de precatórios (dívidas do governo reconhecidas pela Justiça). O plano prevê a abertura de uma margem de R\$ 41,5 bilhões no Orçamento do ano que vem, segundo o ministério.

Dos 264 mil precatórios a serem pagos em 2022, 8.818 seriam parcelados. Esses débitos adiados corresponderiam a 3% da quantidade de precatórios, mas correspondem a 63,3% dos valores a serem pagos.

Nesta terça-feira, ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o governo não tem capacidade para o pagamento de todos os precatórios programados para 2022 e por isso está propondo o parcelamento dos valores. "Devo, não nego; pagarei assim que puder", afirmou.

De acordo com a secretaria, a PEC implementará dois mecanismos. O primeiro será provisório, com validade até 2029.

"Os precatórios seriam organizados em ordem crescente, e os maiores, que fizessem com que a soma ultrapassasse 2,6% da receita corrente líquida acumulada entre julho de 2020 e junho de 2021, seriam parcelados", explicou a pasta.

Considerando esse percentual, seriam atingidos todos os precatórios com valor superior a R\$ 455 mil. No total, seriam parcelados 8.771 débitos.

O segundo é permanente e prevê que todos os precatórios com valor superior a R\$ 66 milhões (60 mil salários mínimos) serão parcelados em dez anos - entrada de 15% e mais nove parcelas anuais.

Essa medida atingiria de imediato os 47 maiores precatórios do governo federal, o que deve gerar uma economia de R\$ 22,6 bilhões no próximo ano.

Chegou a entrar em debate na pasta a possibilidade de parcelar todos os débitos acima de R\$ 66 mil. A nova versão do texto, portanto, traz valor maior, poupando todos os precatórios menores do que R\$ 455 mil.

A secretaria explicou que a Constituição já permite o parcelamento de precatórios, mas a regra foi elaborada de uma forma que não haveria possibilidade de adiar o pagamento de nenhum débito em 2022.

Pela norma em vigor, apenas poderão ser parcelados os débitos com valor superior a 15% do montante total de precatórios. Nenhum dos 264 mil precatórios do governo federal cumpre essa exigência.

O órgão afirmou que a PEC é relevante para comportar despesas do governo. Citou ainda determinação da Justiça para justificar a busca pelo reforço de programas sociais.

"Há também a necessidade de incluir no Orçamento outras decisões judiciais com impacto fiscal expressivo, como o mandado de injunção que regulamentou a Renda Básica Universal", disse.

Em abril deste ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o governo federal terá que implementar a partir de 2022 um programa de renda básica nacional. O valor a ser pago mensalmente deve ser definido pela União.

Segundo o Supremo, o benefício deverá abranger toda população que esteja em situação de extrema pobreza, com renda pessoal inferior a R\$ 178 mensal.

O ministério confirmou que a PEC também vai prever

a criação de um fundo destinado ao pagamento de passivos da União. Os valores do fundo poderão ser direcionados para eventuais necessidades de adiantamento de parcelas de precatórios ou para pagamento de outras dívidas públicas.

A pasta esclarece que os parcelamentos não atingirão as chamadas requisições de pequeno valor, dívidas mais baixas e que têm prazo de 60 dias para quitação. Para 2022, esses pagamentos estão previstos em R\$ 19,9 bilhões.

Em videoconferência nesta terça, Guedes afirmou que a medida em discussão com o Congresso não vai levar à falta de pagamento dos precatórios. "Não haverá calote", afirmou, em evento virtual promovido pelo site Poder 360.

Guedes afirmou que o volume de quase R\$ 90 bilhões em precatórios previstos para 2022 consumiria todo o espaço extra no espaço do teto de gastos no ano que vem (que era calculado pelo governo em torno de R\$ 30 bilhões). "O número extrapolou qualquer possibilidade de reserva de nossa parte", disse.

A solução via PEC (proposta de emenda à Constituição) foi sugerida pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes, segundo Guedes. "[Foi] sugestão do próprio ministro Gilmar Mendes, eu estava surpreso com o conteúdo e liguei para ele. Ele disse "olha, já aconteceu antes e há soluções", afirmou Guedes.

"Os superprecatórios já estão [pela proposta] automaticamente parcelados. Os pequenos, justamente os mais vulneráveis, terão garantido o pagamento pronto e imediato", afirmou.

Guedes reconheceu que o crescimento dos precatórios pode representar uma falha de monitoramento e atuação do governo, mas ressaltou que desde o ano passado já cita uma possível "indústria" de precatórios contra o governo.

"Você fala assim: "Vocês dormiram no ponto?" Possivelmente sim. O governo em alguma coisa falhou. Nós sabíamos, eu reclamei do ritmo de crescimento. Mas sinceramente não havia o que pudéssemos fazer. Isso vem do espaço exterior, de instâncias às quais não temos alcance", afirmou.

"Pode ter havido culpa nossa, vou correr atrás. Mas reagimos rápido. Formulamos em 10 ou 12 dias, assim que recebemos o número do Ministério da Justiça, liguei para o STF, para o presidente da República", disse.

Gilmar Mendes, do STF, participou do evento virtual e

foi questionado sobre como garantir que a PEC não seja vista como inconstitucional. Ele não quis comentar o tópico diretamente. "Certamente, não vou emitir juízo sobre essa questão agora porque esse tema acaba sendo judicializado", afirmou.

Mesmo assim, Gilmar afirmou que considera equivocada uma decisão anterior do STF (a emenda 62, de 2000) -que, na época, viu inconstitucionalidade em regra que parcelaria precatórios.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49622>

"Pagarei assim que puder", afirma Guedes sobre precatórios; mercado vê risco fiscal



Teto. Paulo Guedes quer um limite para pagar precatórios

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA Francisco Carlos de Assis / SÃO PAULO / LUÍS EDUARDO LEAL, ANTONIO PEREZ E MAIARA SANTIAGO / ANNE WARTH

Para defender o pagamento parcelado e refutar a percepção de calote nos precatórios - valores devidos após sentença definitiva na Justiça -, o ministro da Economia, Paulo Guedes, usou ontem uma expressão popular. "Devo, não nego; pagarei assim que puder", disse. As palavras, em vez de acalmar investidores, ampliaram os temores, e o dólar subiu 0,53%.

Guedes defendeu a proposta desenhada pelo governo, de honrar de imediato apenas os precatórios de até R\$ 66 mil, como antecipou o Estadão.

A ideia é criar uma regra transitória até 2029 que vai atrelar o pagamento dessas dívidas. No total, tudo terá de ficar limitado a 2,6% da receita corrente líquida.

Sempre que ultrapassar esse percentual, os precatórios até 60 salários mínimos ficarão a salvo de parcelamento (R\$ 66 mil), mas os maiores poderão ser pagos em prestação. Na prática, em 2022 isso atingiria aqueles acima de R\$ 455 mil.

Já os precatórios superiores a dez salários mínimos (R\$ 66 milhões) entrariam numa regra permanente: já nasceriam parcelados em até 10 anos, sendo 15% do total no primeiro ano.

A fala do ministro reavivou os temores de deterioração das contas públicas. Os receios dos investidores são alimentados pelo debate sobre o pagamento de precatórios e sobre o reajuste do Bolsa Família - sob a

perspectiva de o governo rever o teto de gastos, com ambições eleitorais.

Ambas as discussões pautaram os negócios no mercado de câmbio no pregão de ontem, em mais um dia de volatilidade.

Na maior parte do pregão, a moeda operou acima de R\$ 5,20, chegou a R\$ 5,2746 e fechou o dia a R\$ 5,1927.

"No momento, vivemos ainda auxílio emergencial mais baixo, mas estamos aqui ultimando esforços e estudos no sentido de dar aumento de, no mínimo, 50% para o Bolsa Família, podendo chegar até 100% em média", prometeu ontem o presidente Jair Bolsonaro, em entrevista à TV Asa Branca, de Pernambuco.

Hoje, o valor médio do Bolsa Família é de R\$ 190.

Em relatório assinado pelos economistas Fabio Ramos e Alexandre de Azara, do UBS BB, a instituição observa que o "debate sobre o Orçamento para 2022 começou no Brasil e, apesar da desaceleração da pandemia e de menos ruído político, a discussão sobre desembolsos em ano eleitoral está ficando mais quente, rapidamente".

O texto chama a atenção para a "surpresa negativa que caiu em nosso colo", quando Guedes comparou a um "meteoro" a possibilidade de um grande aumento de desembolsos para saldar precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões em 2022, ante projeção de R\$ 45 bilhões se mantido o ritmo de anos anteriores.

Para Alexandre Netto, da Acqua- Vero Investimentos, o encaminhamento da questão dos precatórios e o desejo de aumento do Bolsa Família acima do que permite o teto atual passam a sensação de um governo "displicente" com a questão fiscal. E o risco de deterioração das contas públicas deve aumentar cada vez mais, à medida que se aproximam as eleições de 2022. "Bolsonaro parece disposto a sacrificar o fiscal se for para garantir a sua reeleição, enquanto Lula já disse que vai acabar com o teto de gastos. Isso tudo pressiona a moeda", diz.

O diretor da NGO Corretora de Câmbio, Sidnei Nehme, afirma que os "sinais internos sugerem que a cena política fará os fundamentos econômicos

sucumbirem", o que aumenta a volatilidade e impede que a taxa de câmbio vá para um nível compatível com os juros internos.

Mudança de regras. De acordo com a assessoria do Ministério da Economia, do total de 264.717 precatórios a serem pagos em 2022, 8.818 seriam parcelados (os acima de R\$ 455 mil) caso a proposta com essas regras seja aprovada, o que representa 3% do total. Juntos, representam 63,3% do valor total devido pela União.

A expectativa do governo é que a mudança resulte em economia de R\$ 41,5 bilhões.

-

Lira descarta calote, mas diz que não dá para quitar tudo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento de precatórios em até dez anos não representa um calote da União. Segundo ele, é preciso modular esses pagamentos para evitar que haja um "estrago" nas contas públicas.

Lira negou ainda que o objetivo da PEC seja abrir espaço no Orçamento para elevar o valor médio pago por meio do programa Bolsa Família para R\$ 400. "Não há nenhuma possibilidade de calote, mas é impossível se pagar R\$ 90 bilhões (previsão do volume dessas despesas para 2022) sem atingir o teto", afirmou, em referência à regra que atrela o crescimento das despesas à inflação.

"Não queremos romper o teto, e o Brasil não pode dar calote." Lira disse que a média de precatórios pagos saltou de R\$ 13 bilhões, há cinco anos, para um valor previsto de R\$ 90 bilhões em 2022. "Isso engessa e faz um estrago nas contas públicas", disse.

Segundo o presidente da Câmara, a reformulação do Bolsa Família virá por meio de medida provisória e respeitará o teto de gastos, "com valor planejado em torno de R\$ 300". "Não houve conversa de R\$ 400."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IMPASSE FEDERATIVO

Dos **R\$ 89 bilhões** em precatórios devidos pela União em 2022



têm Estados como credores

EM MLHÕES DE REAIS

Bahia	8.767
Pernambuco	3.952
Ceará	2.655
Paraná	838,1
Amazonas	219,4
Goiás	129
Maranhão	70,88

FONTE: STF

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Relator revê imposto para mineradoras



Arrecadação. Exploração de minério no Complexo de Carajás: relator da reforma do IR fala em ganho de empresas do setor

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA / COLABOROU ANNE WARTH

Para aumentar a arrecadação e evitar um buraco de R\$ 30 bilhões nos cofres públicos, o relator do projeto de reforma do Imposto de Renda, Celso Sabino (PSDB-PA), fez uma série de mudanças e ampliou as resistências em torno da proposta. Sabino propôs um aumento de 4% para 5,5% na alíquota da CFEM, compensação financeira pela exploração de recursos minerais, paga por mineradoras. A medida vai atingir em cheio a gigante Vale e beneficiar de quebra a caixa do Pará, Estado do próprio relator que poderá, com a mudança, ampliar em R\$ 1,6 bilhão a sua arrecadação.

O relator apresentou os detalhes do parecer em reunião dos líderes com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas -AL), mas não houve acordo.

Os Estados estão fazendo uma grande mobilização para barrar a votação. Quase na mesma hora em que o relator apresentava o novo parecer, carta aberta do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda Estaduais (Comsefaz) apelava aos parlamentares para rejeitarem o texto.

Lira rebateu as críticas de governadores e prefeitos, mas as resistências continuam. "Estados e municípios tiveram dois anos bastante gordos", disse o presidente da Câmara. "Queremos que não haja perdas e a reforma seja neutra, que se afastem versões de que Estados e municípios terão prejuízos, porque não terão." Segundo Lira, o relator lhe disse que alguns secretários estaduais de Fazenda queriam "avançar" e atrelar o gatilho a um crescimento na arrecadação acima do **PIB**. "Aí é uma coisa surreal. Vamos para a realidade.

Ninguém quer perder, mas ninguém vai ter compromisso de gerar mais renda além do que já

recebe." O parecer vai propor que toda arrecadação da CFEM fique para Estados e municípios. Hoje, 10% ficam com a União, enquanto o restante é dividido entre Estados e municípios. O deputado disse que essa é uma medida federativa que vai atender os anseios de muitos Estados e municípios.

A arrecadação desses recursos e a fiscalização do pagamento passarão para as secretarias de Fazenda dos Estados. Ele não apresentou números do impacto em todos os Estados.

"As grandes mineradoras têm apresentado altos lucros e uma grande companhia, aqui, por exemplo, no segundo trimestre desse ano, anunciou um lucro de R\$ 40 bilhões e tem um preço de equilíbrio do minério de US\$ 45 por tonelada. E o valor do minério está a US\$ 200 por tonelada", disse Sabino, ao se referir à Vale, mas sem citá-la nominalmente.

Sabino disse que todas as empresas do Brasil, inclusive as grandes mineradoras, terão forte redução da carga tributária com queda da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). "Entendemos como justa essa medida e uma forma de atender muitos Estados e municípios." O incremento de 1,5 ponto porcentual da CFEM virá junto com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que será apresentada para tramitar em conjunto com o projeto de lei. Hoje, do que é arrecadado de ICMS pelos Estados, 25% precisam ser distribuídos para os municípios. Nesse universo, 65% são com base na riqueza que o município produz; lei estadual define os critérios para o restante, incluindo a população.

O relator disse que vai propor que esse porcentual de distribuição de 65% seja alterado para 40%.

Repatriação. O parecer vai permitir também a possibilidade de que pessoas e empresas que tenham ativos no exterior possam atualizar os valores com uma alíquota de 6% sobre lucro. A atualização só vai valer em 2022.

O contribuinte não precisará trazer os recursos para o País. Sabino previu uma arrecadação de R\$ 20 bilhões, mas não apresentou detalhes. Em compensação, o relator retirou do texto a proposta de taxar anualmente os ganhos no exterior em paraísos fiscais.

O projeto também vai ter um gatilho para que parte da queda de 12,5 pontos porcentuais da alíquota do IRPJ

seja atrelada ao aumento de arrecadação, para que não haja perda de receita para Estados e municípios, já que o Imposto de Renda é dividido com os governos regionais.

Pelo proposta, 7,5 pontos da queda do IRPJ ficariam livres de condicionantes e 2,5 pontos seriam atrelados à meta de arrecadação em 2023. Outros 2,5 pontos percentuais de queda no IRPJ também são atrelados à arrecadação em 2023.

NOVO PARECER DO IR

I IRPJ

Cai de 15% para 7,5% e ainda pode reduzir outros 5 pontos (para 2,5%) em dois anos, condicionado a metas de arrecadação

I CFEM

Aumento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineiras de 4% para 5,5%, e distribuição dos recursos apenas para Estados e municípios, condicionada à aprovação de PEC

I JCP

Extinção do Juro sobre Capital Próprio, instrumento usado pelas empresas de capital aberto para distribuir lucros a seus acionistas

I Ativos no exterior

Atualização com possibilidade de recolher IR sobre o lucro da valorização com alíquota menor, de 6%, só em 2022

I Lucro e dividendos

Distribuição por empresas do Simples continuarão isentos, enquanto os demais pagarão alíquota de 20%. Valores recebidos por fundos de investimento recolherão alíquota menor (5,88%)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Deputado tira participação do Sistema S em projeto de emprego

O dispositivo que prevê o financiamento de novos programas do governo de estímulo ao emprego e qualificação de jovens e informais com 30% dos recursos do Sistema S deve sair do texto da medida provisória que está na pauta de votação da Câmara.

O novo ministro do Emprego e Trabalho, Onyx Lorenzoni, entrou em campo e está conversando, nos últimos dias, com todos os presidentes das confederações empresariais dos diversos setores que têm sob seu guarda-chuva as entidades do Sistema S para buscar um acordo, depois do desgaste com a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defendeu uma "fachada" nos recursos do Sistema S para bancar o pacote de emprego.

A MP foi editada para renovar o programa que permite às empresas o corte de salários e jornada de trabalho e suspensão de contratos durante a pandemia, mas o relator, deputado Christino Áureo (Progressistas-RJ), incluiu no seu parecer a criação de dois benefícios: o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), de R\$ 275, que seria pago pelo Sistema S, e a Bolsa de Incentivo à Qualificação (BIQ), pago pela empresa no valor de R\$ 275. Uma bolsa que poderia garantir R\$ 550 na mão do trabalhador.

Como mostrou o Estadão, os recursos canalizados pelo Sistema S ficariam fora do teto de gastos (a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**). A versão da MP que está prevista para ser votada hoje não tem a forma de financiamento, mas continua com a previsão de criação dos programas. As entidades não querem colocar dinheiro direto na mão de quem vai receber os benefícios.

Com Onyx, os dirigentes das confederações estão discutindo um arranjo que tenha a participação do Sistema S, mas sem que esteja na MP. O parecer já previa recursos do Orçamento para os programas de 2021, além da possibilidade de complementação com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que banca o seguro-desemprego e o abono salarial, e do Fundo de Erradicação da Pobreza.

"Ainda estamos conversando sobre as questões do Orçamento e possíveis fontes. Não tem definição", disse Áureo ao Estadão. O relator admitiu, porém, que a discussão das fontes de financiamento poderá ser apartada. "É uma questão de escolha", disse.

Segundo ele, nada impede que essas fontes sejam moduladas para uma disponibilidade orçamentária menor, mas os seus instrumentos já estarão na MP.

Entendimento. O diretor-geral do Senai e diretor-superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi, disse que o Sistema S propõe um entendimento comum sobre o tema. "O Brasil tem uma elevada taxa de 14,7% de desemprego, e entre jovens de 18 anos a 24 anos esse número se aproxima de 30%", afirmou ele.

Para Lucchesi, políticas que vão na direção de atuar na inserção produtiva de jovens e adultos são positivas e já são feitas pelo sistema. "A diferença é que o governo e o Ministério da Economia não tem uma expertise capaz de operacionalizar um programa dessa complexidade", disse. Segundo ele, o Senai tem alunos em 2,8 mil municípios e o Sesi está presente em 3 mil municípios.

I Para o futuro

"Ainda estamos conversando sobre as questões do orçamento e possíveis fontes. Não tem definição. É uma questão de escolha." Christino Áureo (Progressistas-RJ) DEPUTADO FEDERAL

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Uso da dívida como âncora fiscal foi recomendado pelo TCU

Lu Aiko Otta

O uso da dívida pública como âncora da política fiscal, que deverá ser objeto de um projeto de lei complementar a ser enviado pelo governo ao Congresso, foi recomendado no ano passado no relatório sobre as contas do governo federal elaborado pelo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas.

Uma regulamentação nesse sentido está em estudos, segundo informou na segunda-feira o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira. Ele chamou a proposta de "segunda geração" de arcabouço fiscal.

No parecer, Dantas recomendou que o governo avaliasse a conveniência de elaborar um plano de gestão da dívida que sinalizasse ao mercado o montante do endividamento e possíveis mecanismos para recolocá-lo em níveis razoáveis em caso de desequilíbrio.

"A simples sinalização de que há mecanismos de controle do endividamento, e não o contrário, pode favorecer a credibilidade duramente conquistada pelo país após pesados sacrifícios incorridos ao longo dos anos 90 e 2000", afirma o relator em seu voto.

Embora o relatório tratasse das contas federais de 2019, já tinha em vista a preocupação com o crescimento da dívida em função da pandemia. Em 2020, a dívida bruta do governo geral atingiu o equivalente a 88,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante 74,3% do **PIB** no ano anterior.

Dantas avalia, no voto, que o país necessitaria de credibilidade para superar a crise econômica e fiscal decorrente da crise sanitária. Para tanto, seria necessária "estrita aderência aos institutos que asseguram uma cultura de responsabilidade fiscal." Afirma ainda que a flexibilização de instrumentos como o teto de gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal, necessária para enfrentar a pandemia, não deve ser mantida no pós-crise.

A ideia de utilizar a dívida como âncora da política fiscal também integrou o plano Mais Brasil, um conjunto de três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) lançado pelo governo em novembro de 2019.

Mas, diante da crise da covid-19, as propostas acabaram consolidadas numa outra PEC a Emergencial, que foi aprovada como Emenda Constitucional 109.

Em seu artigo 163, a emenda estabelece que uma lei complementar regulamentará as finanças públicas, as dívidas interna e externa, a concessão de garantias pelas entidades públicas e outros temas relacionados.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186970?page=1§ion=1

Aposta eleitoral, Bolsa Família pode ir a R\$ 400, diz Bolsonaro



Bolsonaro: estudos no sentido de dar aumento de no mínimo 50% para o Bolsa Família, podendo chegar a até 100%

Matheus Schuch e Raphael Di Cunto

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o governo estuda formas de garantir um aumento de "até 100%" no Bolsa Família. Atualmente, os beneficiários recebem valor médio de R\$ 192. Horas depois, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou que o governo estivesse considerando elevar a parcela a R\$ 400 com a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento de precatórios.

"Estamos ultimando esforços, estudos no sentido de dar aumento de no mínimo 50% para o Bolsa Família, podendo chegar a até 100% em média", disse Bolsonaro, em entrevista à TV Asa Branca, de Pernambuco. "Com isso daí, além de atendermos a população, a gente prepara o Brasil para voltar à normalidade."

Nas últimas manifestações sobre o tema, o presidente havia dito que gostaria que o valor médio do benefício ficasse acima de R\$ 300, diante da alta no preço dos alimentos. A manifestação foi a primeira em que o mandatário cogitou que o valor chegasse próximo a R\$ 400, a exemplo do que já circulava em conversas de parlamentares e interlocutores do Planalto.

Para 2021, o investimento previsto no programa assistencial é de R\$ 35 bilhões. Além de dobrar o valor, Bolsonaro avalia mudar o nome do programa, que é uma das marcas dos governos petistas.

O reajuste do Bolsa Família também é uma das principais apostas de Bolsonaro para alavancar seus índices de aprovação, especialmente na região Nordeste, onde possui a pior avaliação entre as regiões do país. A ideia é assegurar o novo valor já a partir de novembro, quando termina o último ciclo de pagamentos do auxílio emergencial concedido durante a pandemia.

A promessa do presidente, porém, ainda depende de arranjos na área econômica que permitam a expansão do benefício sem que o teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas do governo federal acima da **inflação**) seja estourado.

O desenrolar da votação da PEC dos precatórios deverá ter peso importante na definição do espaço no Orçamento dedicado ao programa de transferência de renda. Ontem, Lira defendeu a aprovação da PEC que permite o parcelamento das dívidas da União, garantiu que "não há nenhuma possibilidade de calote", mas ponderou que será impossível pagar R\$ 90 bilhões em precatórios em um só ano sem estourar o teto.

"Ideia de parcelamento é mesmo critério que está na Constituição para Estados e municípios", argumentou, pontuando que o valor dos precatórios subiu de R\$ 13 bilhões, há cinco anos, para R\$ 90 bilhões em 2022. "Não há disposição do Congresso em romper o teto de gastos", frisou.

Além de negar que interlocutores de Bolsonaro estejam trabalhando para elevar o Bolsa Família a R\$ 400 ano que vem, Lira afirmou que o assunto não foi tratado na última reunião entre ele, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e os ministros da Economia, Paulo Guedes, da Casa Civil, Ciro Nogueira, e de Governo, Flávia Arruda.

"O novo Bolsa Família é importante, mas dentro do Orçamento e do teto de gastos", enfatizou.

O presidente da Câmara é um dos principais aliados do presidente para a articulação em torno do programa assistencial. A aproximação com o Centrão, com a nomeação na última semana do senador Ciro Nogueira (PP-PI) para a Casa Civil foi uma forma de garantir a sustentação de seu governo, que vive momento de fragilidade, e também de fazer avançar pautas consideradas fundamentais para garantir a sua

reeleição.

Bolsonaro não escondeu nas últimas entrevistas o objetivo de se aproximar do bloco de partidos que já criticou pelas suspeitas de fisiologismo e corrupção.

"Eu duvido alguém aprovar qualquer projeto sem o chamado Centrão. Eu preciso da maioria qualificada do parlamento para aumentar o Bolsa Família", justificou o presidente, há dois dias, em entrevista a uma rádio do Rio Grande do Sul. O apoio no Congresso também será necessário, agora, para viabilizar economicamente o programa.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186970?page=1§ion=1

Presidente deve responder por atacar Poderes, diz Jardim

André Guilherme Vieira

O presidente Jair Bolsonaro atenta contra a harmonia dos Poderes da República, ofende a Constituição e há condições para que responda por crime de responsabilidade, avalia o especialista em direito eleitoral e ex-ministro da CGU e da Justiça no governo **Temer**, Torquato Jardim.

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou na segunda-feira, em decisão unânime, a adoção de duas medidas contra Jair Bolsonaro por declarações sem fundamento de fraude no sistema eletrônico de votação e ameaças à realização da eleição de 2022. Os ministros da Corte Eleitoral instauraram inquérito administrativo e requereram a inclusão de Bolsonaro na investigação das "fake news", que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

"Eu acredito que Bolsonaro deve ser responsabilizado, porque se você pegar o artigo da Constituição que fala dos crimes de responsabilidade, você verá mais de uma hipótese: atentar contra a independência e harmonia dos Poderes, atentar contra o livre exercício de um dos Poderes", afirma.

Para Torquato, a decisão do TSE sobre Bolsonaro era necessária e "veio na hora certa".

"Não há precedente [jurídico], mas também não há precedente na história do Brasil de um presidente da República agressivamente atacando instituições e personalidades dessas instituições", diz Jardim, que também foi ministro do TSE entre 1988 e 1996.

"Uma coisa é o discurso político. Outra é querer impor unilateralmente uma decisão a um Poder independente, dizer coisas como 'é o último aviso', como ele disse. Último aviso do quê?", pondera. "O próprio Congresso já disse que a PEC do voto impresso está morta", diz Torquato".

Para a advogada Vera Chemim, mestre em direito público e administrativo pela FGV, o inquérito no TSE não trará consequência imediata ao presidente.

"As consequências imediatas da abertura desse inquérito correspondem à investigação da suposta ocorrência daqueles atos ilícitos por meio da colheita de prova de qualquer natureza, como depoimentos de

testemunhas, provas documentais e eletrônicas", explica. "Somente no final, no caso de haver indícios suficientes de materialidade e autoria de crime eleitoral, a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral encaminhará os autos à Procuradoria-Geral da República, que os analisará e poderá apresentar denúncia ao STF, ou requerer arquivamento", diz.

A advogada acha pouco provável que Bolsonaro fique inelegível na eleição de 2022, na hipótese de o TSE avaliar que o presidente incorreu em crime.

"Dado o curto espaço de tempo até as eleições, considero difícil. Prazos de inquéritos dependem muito do andamento das investigações, da tomada de depoimentos de testemunhas e demais provas indispensáveis para se reconhecer a existência de indícios suficientes de culpa".

Mestre em direito constitucional pelo IDP, o advogado Joaquim Pedro de Medeiros acredita que a hipótese de inclusão de Bolsonaro no inquérito das "fake news" não contará com amparo da PGR.

"O que a gente vê é que muitas das manifestações da PGR são no sentido de discordar dos encaminhamentos que estão sendo dados neste inquérito", afirma.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186970?page=1§ion=1